



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# **A guerra colonial. Balanço sobre custos financeiros, perdas humanas e ganhos de desenvolvimento.**

**António Simões de Almeida**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciência Política**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Manuel Boavida dos Santos

**Covilhã, Outubro de 2013**

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

## **Agradecimentos**

Aos meus filhos, Carla, Ana e Nuno. À minha mulher Graciete, pela sua compreensão e estímulo.

Mas sem o apoio e o modo como fui recebido pelos colegas e professores, não seria possível chegar ao fim deste ciclo. Foram seis anos de uma aprendizagem ímpar, nestes meus setenta e dois anos de vida.

É com uma gratidão imensa que aqui referencio os meus colegas de Filosofia e de mestrado em Ciência Política, muito especialmente os que me acompanharam desde o primeiro dia: David, Diogo, Paulo e Isabel.

Também deixo aqui um agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor José Manuel Boavida Santos.

Igualmente grato, ao Professor Doutor André Barata Nascimento, que além de meu professor em licenciatura foi o diretor do mestrado em Ciência Política.

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

## Resumo

Procurámos nesta dissertação ir para além dos juízos imediatistas que percecionam a guerra como um mal absoluto que se deve recusar incondicionalmente, sem tomar em conta, concretamente no caso português, **tanto** os amplos investimentos que esta justificou - e o ato colonial em si - **como** o facto irreversível do fim desta, com o abandono dos militares portugueses das antigas colónias, ter colocado em **causa** a progressão socioeconómica nestes países que o investimento da metrópole à época ia promovendo.

Questionamos também a exemplaridade da descolonização salientando que foi precisamente no ano de 1974, no atribulado período de mudança de regime em Portugal e do derradeiro processo de descolonização, que “dispararam” os números de mortos em combate em comparação com os restantes doze anos de guerra. Para além de que, frisamos, não se pode afirmar que existiu, por parte dos governantes da altura, uma política ordenada e robusta para a evasão, proteção e acolhimento dos retornados, contrariamente àquilo que uma certa propaganda quis assegurar.

Depois de analisados os custos financeiros que a guerra colonial acarretou aos cofres portugueses, partindo, nomeadamente, do cálculo dos gastos com os militares, concluímos, corroborando outras análises, que podemos atribuir a estes custos um peso de mais de 40% no orçamento anual da metrópole.

Por fim, deixamos problematizados tópicos relacionados com a guerra e a sua justificação, sugerindo que as fronteiras entre vencedores e vencidos são sempre mais ténues e ambíguas do que aquilo que as visões redutoras e acríicas sobre esta fazem crer.

## Palavras-chave

Guerra, descolonização, custos humanos e financeiros, desenvolvimento socioeconómico, retornados, disputa política.

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

## **Abstract**

Sought in this thesis go beyond the immediacy of the judgments that perceive war as an absolute evil that must refuse unconditionally, without taking into account, in particular in the Portuguese case, both the large investments that it justified - and colonial act itself - and the undeniable fact that the end of this, with the abandonment of the Portuguese soldiers from former colonies, have put in trouble the socio-economic progress in these countries that the investment of the metropolis at the time was promoting.

Question also the exemplary of decolonization, stressing that it was precisely in 1974, the troubled period of regime change in Portugal and the final process of decolonization, which "fired" the numbers killed in combat in comparison with the remaining twelve years of war. Apart from that, we stress, we cannot state that existed on the part of the rulers of the time, a policy orderly and robust to evasion, protection and reception of returnees, contrary to what some wanted to ensure advertising.

After analyzed the financial costs of the war led to the colonial Portuguese safes, starting in particular the calculation of spending on the military, we corroborate analyzes that tend to allocate these costs to a weight of over 40% in the annual budget of the metropolis.

Finally, let problematized topics related to the war and its justification, suggesting that the boundaries between winners and losers are always more tenuous and ambiguous than what visions reducing and uncritical about this make believe.

## **Keywords**

War, decolonization, human and financial costs, socio-economic development, returnees, political dispute.

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

## Índice

Introdução .....	2
1. As vicissitudes que originaram a guerra .....	5
2. Custos financeiros relacionados com a guerra .....	21
3. Custos humanos da Guerra Colonial .....	29
4. A dívida da guerra .....	40
Conclusão .....	46
Bibliografia .....	57
Anexos .....	60

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

## Lista de Acrónimos

DGS	Direcção-Geral de Segurança
EUA	Estados Unidos da América
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MFA	Movimento das Forças Armadas
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP	Partido Comunista Português
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PS	Partido Socialista
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SPL	Serviço Postal Militar
TO	Teatro de Operações
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

*A guerra colonial. Caracterização sobre custos financeiros, perdas humanas...*

*O infortúnio das divisões internas está a destroçar a nossa existência como povo e se nós não procurarmos séria e rapidamente caminhar rumo a um reajustamento, poderemos concluir que estará iminente a nossa destruição.*

Marcus Garvey.

## Introdução

Motivos de ordem pessoal, como a minha participação na guerra colonial, constituíram, de certo modo, os ingredientes ou os motivos elementares para a escolha deste tema. No entanto, toda a atenção que a população portuguesa, nomeadamente os estudiosos académicos e os leigos interessados, tem dado ao tema, é mais do que suficiente, para que eu também possa contribuir com alguns esclarecimentos que me parecem de primordial importância.

As dúvidas surgem porque, os livros publicados, os debates produzidos (seja na televisão ou na rádio) e os artigos divulgados em jornais e revistas, apresentam, muitas vezes, tomadas de posição flagrantemente divergentes, e, aparentemente, insolúveis, tanto no que concerne aos motivos que nos levaram à guerra, quanto aos seus custos financeiros e humanos. Naturalmente que todas estas divergências têm um cariz iminentemente político, que vai “tingindo” as interpretações dos factos da guerra colonial. Ao longo desta minha dissertação esforçar-me-ei por clarificar algumas destas dúvidas.

A geografia de Portugal de então era constituída, no seu todo, pelas províncias continentais, pelas ilhas da Madeira e dos Açores, e pelas províncias ultramarinas: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e Moçambique. Assim como, pelos territórios asiáticos da Índia (particularmente, as províncias de Goa, Damão e Diu), Timor-Leste e Macau. Portanto, o Estado português era concebido e percebido, fundamentalmente na retórica do Estado Novo, como sendo uma pátria multirracial e pluricontinental.

A guerra colonial constitui irrecusavelmente um episódio capital na história de Portugal. Esta teve como uma das causas principais as legítimas reivindicações dos povos colonizados em luta pela independência; como pano de fundo a vaga de descolonização em curso na década de 60<sup>1</sup> e a guerra fria; e como consequência fundamental a queda do regime marcelista (em muitos aspetos herdeiro direto do regime salazarista), a revolução do 25 de Abril e a emergência de uma nova ordem política.

As pressões e os clamores em abono da independência das colónias tinham também origem interna. Havia quem, dentro do próprio regime ditatorial, contestasse a posição do poder político de então (sintetizado, nomeadamente, na intransigência do próprio António O. Salazar a esse respeito), personalidades aqui citadas como o General Henrique Galvão (ver “1. As vicissitudes que originaram a guerra”, p. 6). De resto, a consolidação dos movimentos de libertação veio sendo trabalhada, por um lado, à luz dos exemplos dos processos de descolonização já ocorridos e da solidariedade africana e não africana daí originada, e, por outro lado, no esforço de internacionalização da legitimidade das suas reivindicações. A

---

<sup>1</sup> Que conduziu à independência de nações como a Argélia, a Tanzânia, o Senegal, o Zaire, o Quênia, a Somália, a Nigéria, entre outras.

grande manifestação de 1957 em Paris, que teve como efeito a criação do movimento nomeado “Anticolonialista”, composto por gente africana, é disso exemplo paradigmático (*idem*, p. 7). Somando ainda importantes conferências como a de Accra no Gana e a de Bandung na Indonésia, onde se contestou a gerência portuguesa das colónias (*idem*, p. 8 e p. 13).

Também instituições internacionais como a ONU, desde a entrada de Portugal neste organismo em 1955, se posicionaram, desde logo, contra o estatuto colonial português. Corroboram as moções apresentadas proclamando o direito à independência e autodeterminação das então províncias portuguesas (*idem*, p. 7-8). De resto, o contexto internacional da época caracterizava-se pela permanente disputa entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas pela conquista, pelo menos ideológica, de espaços com interesse económico e/ou geoestratégico. Estas duas potências mundiais à época foram, mais do que incontornáveis espetadores das vagas de descolonização em curso por toda a África, intervenientes ativos, nomeadamente, disponibilizando armamento e treino aos rebeldes pela causa da independência (ver *idem*, p. 11 e “3. Os custos humanos da Guerra Colonial”, p. 37). Outros países como a China, a Holanda, a Índia e Cuba também prestaram diversos tipos de apoio aos movimentos de libertação.

É legítimo ler, até certo ponto, a precipitação dos acontecimentos na metrópole, que tem como clímax a revolução do 25 de Abril, à luz do tema Guerra Colonial e Descolonização. Para compreendermos o modo como estas realidades estão intimamente relacionadas, temos de ter em conta, não só as mais diversas e cada vez mais robustas pressões no sentido da descolonização - que, como já referimos, não têm apenas origem externa -, como não podemos negligenciar aspetos aqui aclarados, como o peso orçamental da guerra para os cofres da metrópole. Analisamos esta interdependência sob a perspectiva de dois planos que seguem sentidos de influência contrários mas que dizem respeito à mesma realidade.

Um primeiro plano que dá conta da narrativa e postura de certos atores políticos, e, enfim, da própria conjuntura sociopolítica à época na metrópole, para fazer transparecer qual o seu efeito para o modo como foi processada a descolonização e, por sua vez, como essa afetou o curso da guerra - nomeadamente com o flagrante aumento do número de mortos em combate logo em 1974. Também neste plano, depois de analisados os dados disponíveis na *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, pudemos aproximar o número de mortos em guerra, para cada uma das três províncias, aglomerando-os pelas seguintes rubricas: “Mortos em combate”; “Mortos por acidente de viação”; “Mortos por acidente com armas de fogo”; “Mortos por outros motivos - doenças e outros”. Concluindo desta análise que durante os treze anos de guerra e nas três frentes de combate - Angola, Guiné e Moçambique - o número de mortos ocorridos fora de combate foram ligeiramente superiores ao número de mortos em combate (ver “3. Custos humanos da Guerra Colonial”, p. 35 e ss.). A não preparação adequada dos combatentes - muitos deles não sabendo sequer lidar com uma arma de fogo ou conduzir razoavelmente uma viatura por trilhos acidentados - fora um dos motivos para a ocorrência deste fenómeno.

Já num segundo plano, pudemos, por meio do cálculo dos gastos aproximados com os militares em campanha, deduzir o peso dos custos com a guerra no orçamento da metrópole, tendo em conta as hipóteses dos historiadores Rui Ramos e Daniela Cabrita Mateus (“2. Custos financeiros relacionados com a guerra”). Particularmente, e sempre seguindo os dados disponibilizados pelo livro do Estado-maior do Exército, confrontando os cálculos do Ministério do Exército quanto ao Vencimento e Subsídio de Campanha médios - que o estimam na ordem dos 35\$00 diários - com os meus próprios cálculos, que concluem gastos diários com vencimentos na ordem dos 53\$00. Para chegar a este valor tive em conta, como metodologia adotada, a composição de uma companhia com as suas diversas patentes e o vencimento auferido mensalmente por cada militar com a respetiva patente (*idem*, p. 24 e ss.).

Por último, procurarei dar conta dos investimentos socioeconómicos que a presença portuguesa nas colónias ia promovendo - mesmo, ou apesar, da guerra. Mormente na área da educação e da saúde, com a construção de universidades nas principais cidades e escolas por todo o território das ex-colónias e a abertura de um cada vez maior número de hospitais e centros de saúde (ver “4. A dádiva da guerra). Também os investimentos privados ascenderam nessa época e a construção da barragem de CahoraBassa (Moçambique) é um marco dessa aposta. De resto, por efeito de todos estes investimentos, as três ex-colónias portuguesas (Angola, Guiné e Moçambique) puderam subir ao pelotão da frente dos países mais desenvolvidos em África.

Mas também a própria metrópole, isto é, Portugal, viu o seu desenvolvimento socioeconómico ganhar um novo fôlego com o retorno dos combatentes finda a guerra. Estes possuíam as mais diversas especializações - tendo sido formados especificamente durante e para a guerra - seja na área da enfermagem, passando pela mecânica e eletricidade até à cozinha. Muitos puderam também, nesse período, alfabetizar-se ou aumentar sucessivamente as suas habilitações. Por tudo isto, não vejo como se possa negar certos *ganhos de desenvolvimento* que tanto beneficiaram Portugal quanto as suas ex-colónias, durante a presença do primeiro por estas terras africanas.

Resumindo, o plano de desenvolvimento da presente dissertação contará com quatro capítulos e a conclusão. O primeiro, intitulado “As vicissitudes que originaram a guerra”, procurará dar conta do panorama geral, tanto nacional como internacional, em que a guerra ocorre e se intensifica e como a posição de Portugal face às suas ex-colónias é alvo de crítica constante por parte de importantes atores e instituições internacionais. Também se destacarão aí os defensores de regime do estatuto colonialista português e se dará conta da intransigência de António O. Salazar no que respeita aos apelos, internos e externos, de abandono das colónias.

Já o segundo e terceiro capítulo abordarão os custos e perdas inerentes à guerra colonial em si. Sendo que, o segundo capítulo (“2. Custos financeiros relacionados com a guerra”) contestará os números dos custos médios diários por militar fornecidos pelo Ministério do Exército, nomeadamente na rubrica “vencimento e subsídio de campanha”, aproximando-se das hipóteses que tendem a elevar o peso dos gastos com a guerra no

orçamento da metrópole. No terceiro capítulo destacar-se-á um inventário por mim elaborado acerca do número de mortos na guerra colonial durante os trezes anos que esta durou e em cada província em particular. Distinguiremos ainda o número de perdas em combate relativamente às perdas fora de combate para daí tirar as devidas conclusões.

No quarto e último capítulo, “4. A dádiva da guerra”, abordarei os fatores positivos associados à presença colonial portuguesa em território africano - como os investimentos económicos e sociais que esta motivou -, tanto para a metrópole como para os próprios africanos. Deste modo problematizando as posições unívocas quanto à descolonização, que contemplavam e contemplam a guerra e o colonialismo português como um mal absoluto, negligenciando totalmente o que a presença portuguesa acarretou de positivo ao desenvolvimento de áreas cruciais como a saúde e a educação, e os dividendos políticos que se quiseram tirar com o processo de descolonização.

Em relação às entrevistas que foram por nós realizadas (as quais se podem analisar nos anexos do nº 23 ao nº 73), elas foram feitas apenas numa aldeia, tendo em conta todos os militares mobilizados para a guerra colonial que nela participaram. A aldeia em referência tinha há data da guerra (1961-1974), cerca de mil habitantes. Tendo sido mobilizados para participarem na guerra 50, concretamente, 26 para Angola, 14 para Moçambique e 10 para a Guiné-Bissau. Sendo a média de serviço militar cumprido por estes de 34 meses; 10 meses cumpridos na metrópole e os restantes 24 nas respetivas províncias. É sempre bom referenciar que estamos apenas a referir-nos a militares que cumpriram, há época, o serviço militar obrigatório. Já que os oficiais do quadro permanente fizeram várias comissões durante o período em que durou a guerra.

## **1. As vicissitudes que originaram a guerra**

Começamos, portanto, por nos debruçarmos, após algumas leituras acerca do assunto, sobre os motivos que levaram os portugueses à guerra.

De acordo com o professor Diogo Freitas do Amaral, que, no seu livro *Antigo Regime e a Revolução - Memória Políticas (1941-1975)*, analisa algumas das causas que motivaram a guerra, e, depois, conduziram à revolução: “A revolução do 25 de Abril teve como causa principal a guerra do ultramar e a recusa intransigente da descolonização por parte de António de Oliveira Salazar” (Amaral: 1975, p. 70).

Embora, no que concerne à Índia, Salazar tivesse outro discurso, o qual passo a citar: “Não há qualquer imperialismo económico ou político da nossa parte; os nossos interesses na Índia são puramente morais”, e continua, “Goa é um pequeno foco cristão num imenso oriente que não o é, e para se manter vivo precisa de estar ligado às suas origens, como o fio da água ao nascente”.

Mas Salazar não estava sozinho, na recusa da independência das nossas colónias. Figuras públicas, que faziam parte da oposição democrática, também se manifestaram a favor das nossas colónias. Entre estas, o general Norton de Matos, o professor de direito Barbosa de Magalhães e o professor de medicina Egas Moniz (prémio nobel da medicina em 1949), referenciavam a importância - tida como fundamental - do ultramar para o nosso país, e, posicionavam-se ainda, a favor de se fazer de todo o espaço português uma “nação una”.

Uma outra opinião, não menos importante, teve o General Humberto Delgado, que, no seu manifesto de candidatura à Presidência da República em 1958, prometia manter a “unidade espiritual, política e económica da população portuguesa de aquém e além-mar” (Amaral: 1975, p. 71).

Também é verdade, que outras figuras da vida pública portuguesa se manifestaram, contrariamente a estes últimos, contra a nossa presença em África. Entre estas, por exemplo, o Dr. Mário Soares, que, no seu livro *Portugal Amoraçado*, ressalva a partilha dessa mesma posição: “As colónias de África interessam pouco a Portugal, até meados do século XIX; Angola antes disso foi sobretudo um mercado farto de mão-de-obra escrava; e Moçambique ponto escala natural a caminho da Índia.” (Soares: 1974, p. 429).

Um outro crítico contra a nossa presença em África foi o General Henrique Galvão, ao denunciar, na própria Assembleia Nacional, a existência de trabalho escravo.

Mas os movimentos de libertação não se fizeram esperar, e, logo se manifestaram exigindo a independência das respetivas colónias. Um dos primeiros movimentos surgiu na Tanzânia, do qual faziam parte trabalhadores moçambicanos que ali residiam, e que foram fundadores da “União Nacional Africana de Moçambique”.

Outros movimentos, e outras formas de contestação pública, se seguiram. Por exemplo, em 1957, realizou-se em Paris, uma manifestação de africanos que deu origem ao movimento intitulado “Anticolonialista”, que representava todas as colónias portuguesas.

Mas além das reivindicações dos movimentos existentes, produziu-se um outro facto, da maior relevância, nessa “onda de exigência de independência”. Tal sucedeu a 4 de Fevereiro de 1961, com o assalto à prisão de Luanda (capital da Angola), em que os assaltantes, através de uma conferência de imprensa, exigiram negociações com o governo português. Tendo como princípio, nomeadamente, algumas reivindicações, tais como: a libertação de todos os presos políticos; o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos de todas as colónias, e, por fim, a retirada das forças armadas portuguesas, assim como, de todos os agentes da polícia internacional e de defesa do Estado, a PIDE.

Mas os interesses pelas províncias ultramarinas portuguesas não se limitavam aos seus residentes, aos colonizados. Por exemplo, as duas grandes potências mundiais da época (a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América), tinham também notório interesse por estes assuntos relacionados com o(s) processo(s) de (des)colonização, e, tal, por dois principais motivos: 1º - Por interesses económicos relacionados com a exploração do petróleo, diamantes e ferro, abundantes em algumas destas províncias; 2º - E, igualmente, por interesses, não menos relevantes, puramente geoestratégicos.

Também outros países se envolveram no seio dos movimentos de libertação, nomeadamente, os casos da Holanda, China, Índia, e, igualmente, embora de forma indireta, a própria Espanha. Mais adiante referenciarei quais os apoios específicos destes países dados aos chamados *movimentos de libertação*.

Um outro momento histórico, e que veio dar um grande e novo alento aos movimentos de libertação, foi aquando da entrada de Portugal na ONU, a 14 de Setembro de 1955. O que é significativo é que a partir desta data, não apenas os movimentos de libertação, através das suas conferências e outros atos públicos, nos questionam acerca da autonomia dos territórios africanos, como também a própria ONU, enquanto instituição internacional, nos questiona acerca do modo como administramos as nossas províncias ultramarinas, levantando, explicitamente, os problemas políticos da legitimidade da governação portuguesa nesses territórios.

Já a resposta do governo português a estes questionamentos foi clara, ainda que, evidentemente, com as suas ambiguidades e a defesa exclusiva da ideologia do governo de então: “As províncias ultramarinas são independentes com a independência da nação portuguesa”.

Dois anos depois da entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas, esta, por meio dos seus representantes, volta a questionar Portugal acerca da administração dos territórios ultramarinos, alegando, nomeadamente, que existem muitas pressões com vista a que estas províncias se tornem independentes, portanto, às quais deviam ser dadas, a todas sem exceção, a possibilidade da sua autodeterminação<sup>2</sup>. Nesse sentido, Mário Soares, o

---

<sup>2</sup> CF. Estado-maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, v. 1, 1988, pp. 53-57. Conferir ainda, p. ex., já em 1974, “As conversações entre Kurt Waldheim [secretário-geral da ONU] e as autoridades portuguesas deram mesmo lugar a um comunicado conjunto *Portugal-ONU* em que se explicita o entendimento da ONU e da OUA (Organização de Unidade Africana)

ministro dos negócios-estrangeiros à época, e o secretário-geral da ONU Kurt Waldheim encetaram conversações - isto no caso da Guiné, a primeira a ser dada a independência no contexto colonial português em África - no sentido de “congelar” o pedido de adesão desta ex-colónia à ONU (entrada esta que implicaria o reconhecimento do seu estatuto soberano enquanto Estado-nação também neste organismo) para depois de Portugal (na figura de ex-colonizador) ter feito esse reconhecimento e, inclusive, apadrinhado a sua entrada nesta instituição supranacional. A partir do caso da Guiné, já não estava em discussão, em agenda, o direito destes territórios à independência, outrossim, os calendários e os respetivos aspetos práticos de transferência de poderes que fossem menos lesivos para ambas as partes. O caso da Guiné condicionaria assim todo o restante processo de descolonização em África, com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique a constrangerem a metrópole em revolução a colocarem na sua agenda política apenas e tão só - avessamente aos planos federais/neocoloniais, p. ex., de um Spínola - as modalidades práticas de transferência de poderes (Castaño: 2012, pp. 65-79).

De salientar ainda, que todas essas exigências, particularmente as que derivavam da ONU, emanavam de uma moção que tinha sido aprovada pela maioria dos seus membros, embora com os votos contra da França, Bélgica, Brasil e União Sul-Africana, e com as abstenções da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Outras conferências se realizaram em torno do mesmo assunto, por exemplo a de Accra (no Gana), onde foi referenciado que a África era dos negros. Foi ainda nesta conferência que os seus intervenientes resolveram contestar o direito de Portugal a assimilar os seus territórios africanos à metrópole.

É também o Dr. Mário Soares, quem, no seu já citado livro *Portugal Amordaçado*, nos dá conta do pensamento de Salazar no que concerne às nossas províncias ultramarinas, e passo a citar:

“A recusa intransigente do governo de Salazar, não somente a negociar mas até a ouvir as razões dos africanos, está assim na origem directa da guerra colonial em Angola, como na Índia o comportamento foi idêntico”. E acrescenta, perguntando retoricamente. “Como poderia o governo português reconhecer o direito à autodeterminação dos angolanos ou dos guineenses se os vinha recusando aos próprios metropolitanos há 35 anos? A chave do problema português contém-se nesta simples questão...” (Soares: 1974, pp. 445-447).

É certo que, durante muitos anos, para se poder viajar para as colónias ou províncias ultramarinas, era exigido aos cidadãos portugueses um passaporte, como era exigido para qualquer dos países da Europa ou resto do mundo.

---

sobre essa matéria assim como o comprometimento de Portugal a respeitar as pertinentes soluções da ONU e a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência de todos os territórios ultramarinos sob a sua administração, posição já consagrada constitucionalmente com a publicação de Lei 7/74 de 26 de julho”. José Medeiros Ferreira, “Após o 25 de Abril”, em *História de Portugal*, org. José Tengarrinha, São Paulo, Editora UNESP-EDUSC, p.342.

Mas, o Dr. Mário Soares, e acompanhando ainda o seu livro supracitado, dá-nos conta das justificações que Salazar apresentava para que Portugal não abandonasse as “suas” províncias ultramarinas, justificações estas que resume em cinco pontos:

1º Que a política que se segue em África é uma política nacional, assimilada e sintetizada, nomeadamente, no lema retórico “a pátria não se discute”. Assim sendo, e pela mesma ordem do discurso, uma política que qualquer outro governo, mesmo colocando a hipótese de ser um governo democrático, seria obrigado a prosseguir igualmente;

2º Que as “províncias africanas” fazem parte da nação portuguesa, da sua essência - como o Minho ou Timor. E que, por essa razão, os contatos que se estabelecem entre os “portugueses de diferentes etnias” não revestem as características próprias de colonialismo - isto é, uma relação de domínio e exploração de um povo por outro. Assim, o luso-tropicalismo seria vincadamente diferente do colonialismo francês, belga ou anglo-saxão;

3º Que Portugal só se diferenciou de toda a península Ibérica e foi capaz de resistir ao centralismo espanhol ao longo dos séculos como nação independente, graças à expansão ultramarina, que lhe conferiu uma vocação nacional específica. Em consequência, abandonar o ultramar seria trair a missão histórica de Portugal e expor o país à absorção de Espanha;

4º Que não existem guerras coloniais, mas sim, apenas, “operações de polícia”, visto que, o nacionalismo africano (terrorismo, na designação oficial das forças da metrópole) é um fenómeno importado, artificial, de inspiração internacionalista, a que as populações autóctones são fundamentalmente insensíveis<sup>3</sup>;

5º Que, finalmente, o governo português, resistindo à vaga anticolonialista que deflagrou sobre África, soprada pelos “novos imperialismos” soviético e chinês, constitui a guarda avançada, ou o último baluarte, na defesa do “mundo livre” e da civilização cristã no continente africano<sup>4</sup>.

Também eu não podia estar mais de acordo na análise que o Dr. Mário Soares faz aos pontos atrás referenciados, nomeadamente quando afirma: “Cada um destes pontos constitui um tipo justificativo diferente para a “aventura colonial”. Em que o salazarismo embarcou o

---

<sup>3</sup> Cf. “O regime político que vigorou até ao 25 de Abril de 1974 pretendia ter, sobre o conflito que desde 1961 assolava a África portuguesa, uma posição baseada no conceito de *legítima defesa*. Segundo ela, tudo se passava como se Portugal estivesse isento do uso da violência e que esta tivesse feito a sua aparição no Ultramar unicamente pela acção dos bandos de ‘terroristas’ a soldo de interesses estrangeiros. Trava-se, por conseguinte, de uma guerra onde ao inimigo se não reconhecia o elemento direito de possuir personalidade política. (...) Deste modo, a solução do regime para as guerras de África era, claramente, de tipo policial, isto é, sem pactos nem contemplanções” (Martelo: 2001, p. 51).

<sup>4</sup>Ver, p. ex, o discurso de Salazar por ocasião do 1º congresso da União Nacional, a 28 de Maio de 1934. “Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras, e desejávamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e fortalecer o país com os princípios da autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, património da humanidade e apanágio da civilização cristã.” Medeiros Ferreira, “Após o 25 de Abril”, em, *História de Portugal*, org. José Tengarrinha, São Paulo, Editora UNESP-EDUSC, p.317.

país por razões totalmente distintas como vimos. Todas são, contudo, utilizadas, *dependendo, evidentemente, dos auditórios a que se destinam*” (Soares: 1974, p. 447. Itálicos nossos).

Esse foi o método utilizado quando Mário Soares, Rosa Coutinho, Almeida Santos, Melo Antunes e outros, a seguir ao 25 de Abril de 1974, propagandeavam pela entrega das províncias ultramarinas. Conclusão, o resultado foi desastroso, ocorrendo mais mortes no primeiro ano a seguir há independência do que em 13 anos de guerra nas três frentes (Angola, Moçambique e Guiné)<sup>5</sup>. Retornaremos a este assunto mais adiante.

Mas Salazar não estava só quanto à entrega das províncias ultramarinas. Também Franco Nogueira, no seu discurso efetuado a 6 de Outubro de 1969, no Palácio das Necessidades, é peremptório ao afirmar que Portugal não deve ceder a vozes ou pressões como as da ONU, que se encontravam bastante desacreditadas.

O título do seu discurso - *Como é que a perda do ultramar é compensada pelas boas graças da ONU?* - não deixa dúvidas quanto à posição que manifesta acerca das nossas colónias. Mais ainda, quando neste se lê: “Não tenhamos dúvidas, se nos subordinarmos à organização de Nova Iorque e acatamos as suas injunções arbitrárias perdemos seguramente o ultramar, mas, decerto, conquistamos as boas graças da ONU, e, por isso, cabe perguntar o que é que vale mais para os interesses da nação: conservar Angola, Moçambique e a Guiné e as demais províncias, ou ter boas relações com um organismo decadente e incompetente?”.

Mas Franco Nogueira vai ainda mais longe no seu discurso perante o Presidente do Concelho, ao, nomeadamente, afirmar: “Diz-se que estamos desprestigiados; não é verdade; gozamos de alto prestígio no mundo. Somos atacados por alguns, mas somos respeitados por todos.” E, na verdade, a duração do estatuto colonial português (anacrónico do ponto de vista das vagas de descolonização já finalizadas por muitos outros países ocidentais: como a França, a Bélgica, a Holanda...) ficou, também, muito a dever à interessada indiferença de potências anticolonialistas, como, em destaque, os Estados Unidos da América. Bastando, para compreendermos a complacência desta potência mundial face ao regime (fascista!) evocar, primeiro - e esta ordenação tem em conta tanto o plano prático como o temporal - o uso estratégico-político de Salazar do “argumento” da Base das Lajes nos Açores - fulcral no plano geoestratégico, fundamentalmente no contexto da segunda guerra mundial - e, segundo, o adensar das tensões inerentes à guerra fria com a ameaça latente de a aceleração do movimento de descolonização dos territórios portugueses em África ter por efeito a instalação de um regime pró-comunista na então metrópole (Maxwell: 1985, pp. 529 - 547).

Mas as opiniões acerca da guerra colonial, mesmo dentro do Poder, nem sempre convergem, Marcelo Caetano atesta-o ao pronunciar-se, da seguinte maneira, no seu livro *Marcelo Caetano - Depoimento*. “Devo dizer que ao contrário de alguns patriotas mal

---

<sup>5</sup>Cf. “Como seria de esperar, essa atitude só facilitou os ataques das unidades guerrilheiras, e, conseqüentemente, o número de mortos em combate, do lado português, subiu em flecha em Angola e Moçambique. (...) ... tenha-se em consideração que a esmagadora maioria das baixas do período «pós-25 de Abril» ocorreram em apenas quatro meses - de 25 de Abril até poucas semanas após a aprovação da Lei 7/74 (27 de Julho) que, finalmente, reconhecia o direito das colónias à autodeterminação e à independência”. (Martelo: 2001, p. 140).

esclarecidos, não considero que esta forma de federação de territórios portugueses numa união ou comunidade como a dos Estados Unidos da América ou como o Brasil, tenha alguma coisa condenável do ponto de vista nacional”. E, mais à frente, prossegue. “Eu mesmo preconizei essa fórmula aí por 1962, quando a título muito reservado, fui ouvido sobre o assunto pelo Dr. António Oliveira Salazar, na minha qualidade de Conselheiro de Estado e antigo Ministro das Colónias”<sup>6</sup>(Caetano: 1974, p. 219).

É sempre bom sublinhar que Marcelo Caetano tinha uma visão de estadista, embora muitas vezes não tivesse sido bem compreendido. Todo este seu pensamento, esta sua “visão”, vem a contrastar com toda a “politiquice”, vinda daqueles que apenas se limitavam a ir ao sabor dos interesses das grandes potências, como os Estados Unidos, a URSS, a China e outros.

É sempre bom recordar que o Acordo de Alvor, “tão badalado”, nunca foi cumprido. Mas Marcelo Caetano no seu livro supracitado já o refere: “As guerrilhas e os seus aliados, as Nações Unidas e as que andam desunidas, não aceitarão outra situação política que não seja a entrega do poder aos movimentos terroristas, com expulsão imediata ou a curto prazo (como sucedeu em Madagáscar e no Zaire) dos brancos residentes nos territórios.” (Caetano: 1974, pp. 219-220)

Neste ponto, creio que não podemos deixar de dar razão a Marcelo Caetano, foram mais de 800 000 os chamados *retornados*, que tiveram que fugir para não serem mortos, e, por terem tido o “azar” de terem nascido brancos.

O mesmo Marcelo Caetano acrescenta ainda, “O problema de África, não é jurídico - não reside já em escolher entre dependência ou independência, entre o Estado unitário ou o Estado federal - é puramente político. Está posto por essa gente toda - aberta ou encobertamente - em termos racistas. E está posto no dilema - Pretos ou brancos”. Esta intuição já havia transparecido na conferência de Accra (Gana) onde ficou claro que África era para os negros.

Como já referimos atrás, a URSS cedo manifestou interesse por África, assim como os Estados Unidos da América. Durante a guerra de 1914-1918 (primeira guerra mundial), mais concretamente, em 1917, o Presidente Wilson, ao anunciar as negociações de paz (no Tratado

---

<sup>6</sup> É, no entanto, de salientar, que por ocasião do lançamento do livro *Portugal e o Futuro* de António Spínola, Marcelo Caetano se distancia da solução federalista, que Spínola aí advoga, argumentando sobre o seu anacronismo, a perda de oportunidade histórica para encetar essa solução. Cf. “Sempre na convicção de que o livro era fundamentalmente a defesa da solução federativa, aproveitei o discurso que devia proferir em 10 de Fevereiro no encerramento da conferência Anual Nacional Popular para, mais uma vez, me referir ao problema ultramarino e ao facto de tomar de novo corpo a hipótese de uma federação de estados portugueses que eu sustentara dez anos antes mas que me parecia agora, em faces das atitudes conhecidas dos movimentos chamados de ‘libertação’ e das Organizações Internacionais que os apoiavam, já não ter a virtude de aplacar os rebeldes e de oferecer uma fórmula de paz aceitável por todo o mundo. Procurei sublinhar que, em qualquer caso, não se tratava de atitude condenável da parte de quem a preconizasse: tudo era questão de oportunidade e de possibilidade de aplicação.” Marcelo Caetano, *Depoimento*, pp. 195-196. Citado em David Martelo, *1974 - Cessar-Fogo em África*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2001, pp. 67-68.

de Versalhes), inclui um ponto, onde era manifestado todo o interesse das populações, visando em particular as colónias<sup>7</sup>.

No que respeita à URSS, esta surge na cena internacional afastada da Europa (pelo menos da Europa ocidental) e como inimiga do colonialismo (ainda que não deixasse de ter também um carácter imperialista!), ao mesmo tempo que explora em seu benefício o nacionalismo nascente, a xenofobia patente e as ambições ativas das elites das colónias<sup>8</sup>.

Quanto aos interesses pelas colónias, estes eram visíveis, e as movimentações faziam-se ouvir por todo o mundo, embora com muitas divergências entre si. Os próprios movimentos pela libertação tinham posições opostas, e só quando é formado o Movimento Nacionalista Africano (1931) é que é feito um esforço no sentido da convergência das posições até aí manifestadas. E fora precisamente a existência e persistência destes insanáveis e fraturantes antagonismos entre os próprios movimentos de libertação que, em casos paradigmáticos como o de Angola, condicionaram, também, a possibilidade de transição de poderes, e respetiva declaração prévia de independência, mais pacíficas. Também por este motivo a persistência de conflitos que desenquadrados de uma estrutura institucional democrático-parlamentar, de vez a vez, emergem como manifestações de violência terrorista.

É então que surge, numa forma perfeitamente consciente, a luta pela causa africana, dentro da nação portuguesa e nunca pela separação de qualquer parcela ultramarina, donde não eram excluídos os elementos de raça branca portuguesa<sup>9</sup>.

É também um deputado pela Liga Africana, eleito por S. Tomé, mais concretamente o Dr. José de Magalhães, que, ao apresentar o seu manifesto para as eleições de 1921, vem dar algum alento às posições atrás referidas, das quais passo a citar: “Os regionalistas africanos não proclamam a ‘África’ para os ‘africanos’. Mas, também não podem aceitar a ‘África’ para os ‘Europeus’”. E, mais adiante, acrescenta, sintetizando a sua posição. “O que os regionalistas pretendem é cooperação leal entre brancos e negros sob o lema ‘África também para os Africanos’” (Magalhães: 1921, p. 44).

O governo de Salazar teve sempre uma posição firme quanto à política ultramarina, o que levou a que esta nunca fosse levada à “arena pública” para ser discutida pela população portuguesa<sup>10</sup>. Mas, também é certo, e é digno de nota, que, por certa parte da oposição ao regime, também não havia unanimidade para a resolução do problema colonial. Sendo que, alguns pretendiam a autodeterminação, outros manifestavam-se a favor da independência imediata. Podendo-se incluir, dentro dos que defendiam a independência imediata das

---

<sup>7</sup> Estado-maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa, v. 1, 1988, p. 38.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>10</sup> Como vários autores que trataram destes temas da descolonização fizeram salientar, o lema salazarista que pautava as relações da metrópole para com as colónias era “a pátria não se discute!”. Tal como Portugal era percebida, e como já aqui salientamos, como um território pluricontinental. Cf. “Do lado do Governo manteve-se e ampliou-se a maior aversão ao debate público da questão ultramarina. O aforismo *aPátria não se discute, defende-se*, arvorado pelo regime salazarista em fórmula máxima do patriotismo, reservava a classificação de *traidor* a todo aquele que ousasse apontar outra solução que não a da resistência sem limites”. (Martelo: 2001, p. 53).

colónias os representados pelos partidos de esquerda como o PCP e o PS, e, dentro dos que intercediam pela autodeterminação, personalidades em torno, nomeadamente, do general António Spínola, e, enfim, do próprio programa político do MFA apresentado logo após a revolução<sup>11</sup>. Notando apenas que o próprio Mário Soares, um dos fundadores do PS, no princípio do seu mandato enquanto ministro dos negócios estrangeiros chegou a defender uma posição digamos *moderada* - tendo em conta as posições contrárias disputadas entre a solução federal, por um lado, e as exigências de concessão de independência imediatas e sem restrições, por outro lado - que passaria por uma primeira fase de cessar-fogo, seguida da abertura de eleições, tanto em Portugal como nas colónias em questão, que legitimassem, de uma parte, o modelo de descolonização seguido pelo governo eleito na ex-metrópole, e, da outra parte, assegurassem que o novo governo a assumir as funções de soberania no país, entretanto tornado independente, tivesse assegurada a sua legitimidade política após um prazo de competição política e respetivo sufrágio<sup>12</sup>.

Instalou-se a guerra, e a palavra de ordem era fugir, regressar a Portugal - isto para aqueles que puderam, já que muitos foram mortos e muitos outros, ainda que regressassem, nada trouxeram. A perseguição era constante nas colónias, desde que fosse branco ou mulato era sempre considerada *persona non grata*. E mesmo aqueles que já tinham nascido em África, tiveram que abandonar as suas casas e todos os seus pertences.

Até hoje, a justiça não funcionou para estes responsáveis, ainda que várias tenham sido as figuras públicas que se pronunciaram contra esta descolonização, ou, pelo menos, o modo como foi processada. Vou apenas citar uma, que teve um papel de elevada importância no governo de Salazar, é o caso do professor Adriano Moreira (ministro do Ultramar de 1961 a 1963), que, ao comentar a política ultramarina no programa do Movimento das Forças Armadas (M.F.A), escreve o seguinte: “Quando, finalmente, e em oposição frontal às declarações do eurocomunismo, afirma [o MFA] a solidariedade com a URSS, também com isso adverte que considera a sociedade portuguesa como submissa a um processo exógeno, cuja

---

<sup>11</sup> “Assim, as guerras continuaram, e foram precisamente a questão relativa ao *modo* de se encontrar um fim honroso para as mesmas, a questão da *natureza* da solução política e a questão da *descolonização* que fizeram com que se manifestassem e clarificassem as divergências entre Spínola e os oficiais do movimento do MFA ligados à Comissão Política do Movimento (que mais tarde daria origem à Comissão Coordenadora do Programa do MFA). Estas diferenças polarizaram-se em torno de duas opções distintas: uma delas defendia uma solução neocolonial para os territórios africanos, a formação de um estado federal que permitisse aos mesmos uma evolução gradual para a «autonomia» administrativa no quadro de uma comunidade luso-africana; a outra advogava o reconhecimento inequívoco do direito dos povos colonizados à independência total e a entrega directa do poder aos movimentos de libertação, sob cuja direcção se processara a luta anticolonial”. Cf. Woollacott, John (1983). “A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”. *Análise Social*, vol. XIX, 1131-1151.

<sup>12</sup> “Mário Soares recusava que existisse um conflito direto entre «a oposição democrática» e o general Spínola quanto à solução da questão colonial, mas apenas métodos diferentes, uma vez que o general desejava preparar as colónias para a autonomia no âmbito de uma federação portuguesa, sendo que ele defendia a rápida abertura de negociações com os movimentos de libertação e a concessão de independência às colónias, mostrando-se convicto que seria possível coordenar estes pontos de vista”. Cf. Castaño, David (2012). “Abrindo a caixa de pandora - Mário Soares e o início da descolonização”. *Relações Internacionais*, 35, p. 67.

variável fundamental conhecida é o plano estratégico soviético, que teve o seu primeiro desenvolvimento com a abertura das linhas do Índico para o Atlântico em consequência da chamada descolonização exemplar.” (Moreira: 1977, p. 212).

Os acontecimentos sucedem-se a propósito da guerra colonial. Se foi importante a nossa entrada a ONU a 14 de Novembro de 1955, não foi menos importante a Conferência de Bandung, realizada a 18 de Abril de 1955 na Indonésia, e que foi considerada como o motor de toda a mudança em África. Sendo que, o objetivo principal desta conferência era o de fomentar a boa vontade e a compreensão entre as nações da Ásia e da África. Fortalecendo, deste modo, os interesses comuns, com a finalidade de estabelecer e promover a amizade e uma relação de boa vizinhança. Para isso, estudando, pormenorizadamente, os problemas que afetavam, à época, a soberania nacional, no que concernia ao racismo e ao colonialismo. Não minimizando, com esta preocupação, as posições da Ásia e da África no contexto mundial do fortalecimento da paz e da cooperação internacional.

É também nesta conferência “Bandung”, que no seu comunicado final, no que respeitava ao direito à autodeterminação dos povos, que é feita a adesão plena e inteira dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta conferência teve também como objetivo, além de fazer transparecer uma espécie de “revolta moral”, manifestar-se contra o domínio europeu, dando conhecimento, à escala mediática universal, da tomada de consciência da sua eminente dignidade pelos povos de cor, dando assim por terminado, um certo “complexo de inferioridade”<sup>13</sup>.

Com esta posição veio congratular-se a URSS, uma vez que estas ideias iam de encontro aos seus desejos, no que diz respeito aos países africanos.

Outras conferências se seguiram de 4 a 8 Agosto de 1959 em Monróvia e, também, de 25 a 31 de Janeiro do ano de 1960 em Tunes, esta já com a presença de observadores africanos.

Uma das conferências que maior impacto teve a nível dos *media*, foi a que se realizou no Cairo a 23 de Março de 1961, intitulada de “Terceira Conferência dos Povos Africanos”, e onde foram igualmente analisadas as possessões portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. É nesta mesma conferência que é aprovado o recurso à força, à violência, com a finalidade de liquidar o imperialismo. Esta categórica tomada de posição, tem como primordial posição, dar a conhecer, não só a vontade dos povos africanos, como também, alertar as entidades internacionais, entre estas a ONU, no sentido de pressionar diplomaticamente os países colonizadores.

Chegado o ano de 1964, quase todas as colónias situadas no mundo africano, eram independentes, com exceção de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, todas estas, colónias portuguesas. Também não independentes ainda se encontravam a Rodésia do Sul e o Sudoeste Africano.

---

<sup>13</sup> Estado-maior do Exército, *op. cit.*, p. 48.

Foi provavelmente esta conjuntura que provocou a intensificação da guerra, ajuntando ainda, a teimosia do governo de então, em se mostrar indisponível para negociar.

Também é verdade que Portugal via a descolonização com algum ceticismo, justificado em factos não muito distantes, nomeadamente, os exemplos dos franceses e dos americanos na Argélia e Indochina, e dos ingleses no Quénia e na Malásia, que representam exemplos de descolonizações que não correram bem.

Salazar, como político atento a todos os acontecimentos que iam surgindo em África, tomou as suas providências. Na década de 50 enviou para Angola e Moçambique agentes da PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Ao mesmo tempo, o General Kaúlza de Arriaga, um militar de prestígio, com conhecimento de África e figura próxima de Salazar, criou uma rede de bases da Força Aérea, muito especialmente em Moçambique, em que, no ano de 1960, já se haviam instalado 11 000 paraquedistas.

A visão política que Salazar tinha para África, era apoiada, não só, pelas figuras da sua área política, os seus aliados no regime, como por muitos outros sectores da vida portuguesa e até ao nível internacional. Também, e como já adiantei, a posição geoestratégica da Base das Lages serviu, até no que diz respeito à própria manutenção do regime em momentos cruciais como a segunda grande guerra e o contexto da guerra fria, como recurso tático para aplacar as pressões exercidas à época por motivos da descolonização.

Por exemplo, em Março de 1961, a Libéria apresentou uma moção no conselho de segurança da Nações Unidas em Nova Iorque, para discussão da situação em Angola, a qual foi aceite. Nomeadamente, a Inglaterra e a França abstiveram-se, enquanto os Estados Unidos, pela primeira vez, votaram favoravelmente, ao lado da URSS.

As manifestações contra os Estados Unidos não se fizeram esperar. No dia 27 de Março de 1961, foi organizada uma manifestação em Lisboa, com início no Rossio, que contou com a presença de mais 20 000 mil pessoas, furiosas e com dísticos hostis, como: “ Racistas, traidores, fora dos Açores, antes sós que mal acompanhados” ou “Kennedy igual a Khrushchev”.

Todos estes manifestantes se dirigiram à Embaixada Americana, situada na avenida Duque de Loulé, onde fizeram alguns estragos no próprio edifício da embaixada, partindo janelas e pintando a fachada de negro (Antunes: 1995, v. I, p. 18).

Com todos estes apoios, era natural que Salazar não se sentisse com mais alento para seguir as suas políticas em África. Mas não foi assim. Salazar tem plena consciência das críticas de que é alvo, por parte de outros sectores, e, também, do interesse que muitos países demonstram por África, muito especialmente pelas colónias portuguesas.

No dia em que Kennedy visita Paris (a 31 de Março de 1961), Salazar dá uma entrevista no *New York Times*, criticando em jeito silabar a administração americana, referindo, nomeadamente, que a prioridade portuguesa é a pacificação militar e, revelando ao mesmo tempo, a sua vontade de proceder a reformas, nomeadamente, com o aumento da

participação das populações na vida política e administrativa dos territórios de África. É também durante esta visita de Kennedy a Paris, que este último e De Gaulle, discutem o problema de África:

“O líder francês concorda que a atitude de Salazar, para além de inflexível, é obsoleta. Mas pensa que a excessiva pressão sobre ele pode provocar uma revolução em Portugal, e criar um Estado comunista na Península Ibérica. Kennedy responde que as mudanças em África são inevitáveis e argumenta que o bloqueio dessas mudanças só beneficiaria os comunistas. De Gaulle disse-lhe que ia encorajar Salazar a evoluir e que não se oporia à posição americana, embora a não apoiasse”. (Antunes: 1995, v. I, p. 22).

Salazar vê-se, portanto, numa encruzilhada sem saída aparente, os apoios no que concerne às províncias ultramarinas são muitos, mas as manifestações de desagrado não deixam de ter maior visibilidade. Entre estes, os movimentos que surgem nas respetivas províncias e o claro apoio dado a estes movimentos por parte de diversos países, sendo os de maior relevo, os Estados Unidos da América, a URSS e a própria China.

Mas Salazar conhece bem quais são os interesses desses países em África, particularmente, os económicos, relacionados com a exploração do petróleo de “Cabinda”, os diamantes e o ferro. Mas, não menos importante, são, como já tivemos ocasião de referir, os interesses geoestratégicos.

Salazar também reconhece o poderio dos países que apoiam os movimentos de libertação. Ainda assim, não desiste, e, com Franco Nogueira e Adriano Moreira, discute a possibilidade, em Janeiro de 1962, de sair das Nações Unidas. E vai mais longe ao rejeitar o pedido que é feito de U. Thant, para utilização das Base das Lajes nos Açores, tendo em vista uma possível utilização pelos Estados Unidos ao serviço das Nações Unidas.

Estamos em Janeiro de 1962, e os números divulgados relacionados com a guerra colonial, já têm algum peso na economia em Portugal. Por exemplo, os custos financeiros com a guerra já representam 38,61% das despesas públicas, e Portugal já tem 33 477 soldados em Angola, 11 209 em Moçambique e 4736 na Guiné.

Estes valores começaram a ser insuportáveis para a capacidade financeira e logística portuguesa, e, como consequência, o descontentamento aumenta internamente, isto é, na metrópole. A nível internacional as manifestações de desagrado multiplicam-se. Os Estados Unidos da América continuam a apresentar nas Nações Unidas sanções para que Portugal altere a sua governação no que respeita às províncias ultramarinas, ou seja, a Angola, Guiné e Moçambique:

*“Em outubro de 1963, Kennedy, envia uma carta a Salazar, que tem como portador o subsecretário de Estado George Ball, na qual pede para que Salazar mude o seu rumo em África: como lhe disse pessoalmente, a nossa previsão é a de que, mesmo sob circunstâncias otimizadas, seguramente não vos restam mais de dez anos para prepararem os vossos territórios para o acto político da autodeterminação. O portador*

da carta George Ball, depois da sua estada em São Bento envia um telegrama a Kennedy, onde refere o seguinte: Portugal não está a ser governado por um autocrata, mas por um triunvirato: Salazar, Vasco da Gama e o Príncipe Henrique. (...) Os portugueses vivem noutra século e o seu fundamentalismo africano é dificilmente alterável.” (Antunes: 1995, v. I, p. 35).

Assim concluímos, que aos altos responsáveis políticos portugueses, ao manterem as suas posições acerca das províncias ultramarinas, sendo estas as menos aceites no contexto internacional, não lhes restava outra solução senão a guerra.

Mas, também é igualmente verdade, que não podemos desmistificar algo que muitos usam exclusivamente com fins políticos, como o General Silva Carlos bem o demonstra no seu livro *Angola, Anatomia de uma Tragédia*: “Quando se diz que Portugal foi um explorador dos países africanos durante 500 anos, prova uma tremenda ignorância, uma vez que a verdadeira colonização só se verificou a partir dos finais do século XIX.” (Cardoso: 2000, p. 129). De onde depois conclui, que, no seu geral, esta verdadeira colonização terá tido um saldo francamente positivo, quer para Portugal, quer para os povos colonizados.

O interesse pelas nossas colónias, não se manifestou só por volta dos anos 60, como o denotaram os Estados Unidos e a URSS.

Já no ano de 1912, a Alemanha e a Inglaterra, tentaram apoderar-se destas nossas colónias, através da influência que tinham na região, isto é, em África. É o próprio Conde Bwlov, Ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, que insistia com o *foreignoffice*, para que deste resultasse uma partilha dos territórios africanos, de acordo com as zonas de influência desses dois países, Alemanha e Inglaterra.

Portugal, ao aperceber-se das intenções desses países, aproveitou a guerra de 1914-1918 (Primeira Grande Guerra), e, através dos democratas portugueses, que nela estavam inseridos, tomou uma posição aquando da Conferência de Paz. Tal tomada de posição foi apoiada por parte dos democratas no Parlamento, assim como pelos oficiais do Exército que combateram nas trincheiras de Flandres. E os nossos direitos, na altura, foram preservados. É importante realçar, no seguimento, que os portugueses tiveram um papel importante aquando da criação da Sociedade das Nações.

Também é verdade que esta exaltação ao *amor à pátria* (“aquém e além mar”) se foi diluindo, à medida que os interesses económicos e políticos se sobrepunham, com o seu realismo, a este romantismo patriota e nacionalista.

Logo que surge a primeira oportunidade “esses políticos de má memória não se fizeram esperar; mas o governo provisório, constituído após o 25 de Abril de 1974, que teve a pouca sorte de meter no seu seio um homem comprometido com os bandos armados, contra Portugal, deixou que este se avistasse imediatamente com esses grupos. E tão comprometido o dito ministro se encontrava, que acabada a primeira reunião desse governo, o Dr. Mário Soares imediatamente saiu dela para se meter num avião, posto à sua ordem, pelo Presidente

Senghor, dirigindo-se para Dakar, com a finalidade de conferenciar, na qualidade de intermediários desses bandos” (Anacleto: 1974, p. 1-3)<sup>14</sup>.

E ainda no livro supracitado, o autor refere: “O Dr. Mário Soares, brincando alegremente com coisas sérias, como um menino com um novo brinquedo, levou o bando de guerrilheiros a pensar que a transmissão de poderes estava segura. Tal era a pressa do governo provisório ao mandar o seu Ministro dos Estrangeiros [Dr. Mário Soares]. (...) Tal pressa denunciava a aflição e o desespero em que se encontrava o governo provisório, para se desfazer do fardo colonial, por pressão das forças armadas que teriam feito a revolução para este efeito exclusivo. (...) É curioso que Samora Machel proclamava que foram os movimentos guerrilheiros que fizeram a revolução das flores.” (Anacleto: 1974, pp. 3-4). Mais tarde este seria o Presidente de Moçambique.

É sempre bom lembrar que Portugal nunca teve uma política global para África, e foi esta nossa incapacidade de definir rumos, que nos conduziram a situações insustentáveis<sup>15</sup>. As consequências, desta falta de visão política, foram inevitáveis. Basta verificar o aproveitamento de alguns países, como a URSS, Cuba e os próprios Estados Unidos, que logo quiseram tirar proveitos da nossa passividade.

Hoje que já não temos colónias é fácil criticar todos aqueles que, no seu tempo, se manifestaram contra ou a favor da descolonização. Mas, tenhamos cautela, não sejamos inocentes, já que, o problema principal, não eram os residentes de raça negra (os colonizados) que mais poderiam preocupar os nossos governantes, mas sim, todos os poderosos que, entre si, disputavam a posse desses territórios - entre estes, os já referenciados, EUA, URSS e China.

Como é também um facto, que a África do Sul, esteve sempre atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Num artigo publicado no jornal *A Voz do Combatente*, de autoria de José Neto (ver anexo nº 75), vice-presidente da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, este remete-nos para o problema colonial português, a partir da Conferência de Berlim, e que passo a citar:

*“O problema colonial português começa com a Conferência de Berlim, no entanto, o Ultimato Inglês, já tinha sido um problema nos últimos tempos da*

---

<sup>14</sup> Como já tive oportunidade de verificar, noutros escritos atrás citados, a primeira e significativa promessa do Dr. Mário Soares era a entrega das colónias, o que se veio a verificar num curto espaço de tempo.

<sup>15</sup> De salientar, que mesmo a experiência de criação de um Espaço Económico Português, teve consequências funestas na balança comercial de Angola, fazendo disparar exponencialmente a sua dívida para com a metrópole. “Ora, mais do que a situação militar no território angolano em 1974, o que funcionava mesmo mal, em relação à desarticulação entre Portugal e Angola, era o desequilíbrio da balança de pagamentos portuguesa. O problema dos ‘atrasados’ apenas veio dar expressão financeira a essa negativa relação. (...) Essa crescente dificuldade nos pagamentos de Angola à metrópole levou os industriais portugueses a investirem diretamente na produção em Angola, contribuindo para uma drenagem de capitais de Portugal para Angola, ao arrepio da industrialização da metrópole.” José Medeiros Ferreira, “Após o 25 de Abril”, em *História de Portugal*, org. José Tengarrinha, São Paulo, Editora UNESP-EDUSC, p. 352.

*monarquia e primeiros tempos da república, de modo que, nem uns nem outros, sabiam muito bem, o que fazer com as colónias.*

*O Rei D. Carlos seria dos poucos que sabia alguma coisa, pois queria entregá-las aos ingleses, vendendo-as. Daí o terem sido constituídas algumas companhias majestáticas como a do Niassa e de Moçambique, que seriam companhias público-privadas, através das quais, Portugal, abriu concursos internacionais em Berlim e em Londres, para quem quisesse comprar. No entanto, quem tinha interesses vitais naquela região do globo era a África do Sul.”*

Considera-se que há dois modelos de colonização e de colonialismo: o modelo inglês e o modelo francês. O colonialismo levado a efeito por Portugal é o modelo francês. A colonização Anglo-Saxónica é completamente diferente da portuguesa. Nela os colonos estão subordinados à coroa inglesa, no entanto, estabelecem parlamentos, formam partidos, organizam-se, e tratam de governar a sua vida. Não têm metrópole para regressar, vão ter de se manter nas colónias, deixam de ser ingleses. A Inglaterra só intervém se tiverem crises que não sejam capazes de ultrapassar.

O panorama que nos é apresentado, relativamente às guerras que se desenvolvem nas colónias portuguesas ou ultramarinas (como passaram a ser designadas!), é que Portugal estava a conduzir em África a sua política, no entanto, isso não era de todo verdade. O que estava a ser levado a efeito era a política da república da África do Sul. Assim, as guerras são condicionadas pelos interesses dos países vizinhos, mas, quer em Angola ou Moçambique diretamente, quer na Guiné por reflexo, a política portuguesa nessas províncias é determinada, em primeiro lugar, pelos interesses da África do Sul. Tanto que a África do Sul, no verão de 1975, chega a instalar uma força militar permanente no interior de Angola, em nome da defesa da barragem do Cunene que se situava na fronteira com a Namíbia. Já a crónica dependência energética de Moçambique em relação à África do Sul garantia a subordinação político-económica parcial da primeira em relação à segunda (Maxwell: 1985, p. 541 - 542).

É verdade, que o desenvolvimento da África do Sul em termos industriais, a projeta como força dominante na região. Basta ver que, a sul do equador, era esta quem dominava sete territórios (nações), como a Namíbia, Angola, Moçambique, Rodésia do Sul, Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) e Malawi (antiga Niassalândia). Dos quais, cinco eram dominados por brancos e constituíam cerca de dois terços do território. E só a Zâmbia e o Malawi, eram governados por negros. Já na década de setenta, a África do Sul era também uma potência nuclear na produção dessa energia, tendo como sua aliada Israel.

O ouro era também uma das fontes de riqueza da África do Sul, a sua exploração era feita através de mão-de-obra negra, vinda, muito especialmente, de Moçambique. E foi através desta mão-de-obra, que Portugal conseguiu alguns apoios militares. Acrescento ainda, que muito do ouro existente no Banco de Portugal, que vinha através do Banco Nacional Ultramarino, era também proveniente da África do Sul. Podemos concluir então, que todos

estes apoios, bastante significativos, criaram alguma dependência do Portugal de então em relação à África do Sul.

## 2. Custos financeiros relacionados com a guerra

A dimensão territorial que as nossas províncias tinham, onde a guerra se desenrolou durante cerca de treze anos<sup>16</sup>, obrigou-nos a fazer um esforço financeiro bastante elevado. De início, quase unanimemente, a nossa participação na guerra em defesa das províncias ultramarinas. Havendo até algumas manifestações de apoio à política ultramarina. Como por exemplo, a manifestação em Agosto de 1963 na Avenida da Liberdade em Lisboa (ver anexo nº).

Também não deixa de ser verdade que à medida que os nossos jovens iam sendo mobilizados para a guerra, as famílias começavam a dar sinais de preocupação. Não só porque a vida ativa dos jovens ficava adiada, mas também pelas notícias que iam surgindo relacionadas com as mortes e os feridos que se iam ver verificando.

À medida que a guerra se prolongava, os custos financeiros aumentavam sucessivamente e Portugal não estava preparado para suportar uma guerra desta dimensão. Uma vez que era própria metrópole quem tinha ainda carências muito acentuadas, por exemplo, e entre outras, no saneamento básico. Além de o país, à época, ter uma elevada taxa de analfabetismo.

Como os orçamentos de Estado cada vez mais refletiam as transferências de recursos para a guerra - a fim de suportar os seus custos - logo a partir de 1965 a opinião pública começou por dar alguns sinais de afastamento relativamente à política colonial seguida pelo então governo. E, conseqüentemente, algumas manifestações começaram a surgir no sentido oposto ao que se verificara no ano de 1963.

Quanto ao apuramento dos custos financeiros reais com a guerra, ainda não há muita unanimidade entre os analistas, sendo que uns tendem a subvalorizá-los e outros a sobrevalorizá-los - o mesmo sucedendo aliás com o número de mortes em guerra. Neste capítulo, e no próximo, iremos apresentar alguns destes números, de modo a aproximá-los o máximo possível da realidade.

Assim, não é fácil trabalhar números que nos garantam de quanto é que foram os gastos com a guerra colonial durante a sua duração. Os valores são díspares, e, algumas vezes, estão em conflito entre si.

Num artigo de opinião, no jornal *Público*, o historiador Rui Ramos diz que os custos com a guerra em termos percentuais foram da ordem dos 29% das despesas do Estado. Este valor foi contestado dias depois, mais concretamente, no dia 24 de Setembro de 2012,

---

<sup>16</sup> Mais exatamente, em Angola a partir de 1961, em Guiné a partir de 1963 e em Moçambique no ano de 1964.

também no mesmo jornal, pela investigadora do IHC, Daniela Cabrita Mateus, que afirma que os custos foram superiores a 40% do orçamento nacional<sup>17</sup>.

Mas outros valores surgem também, por exemplo, os de Dr. Mário Soares, que refere o seguinte: “Para fazer face às necessidades crescentes da guerra em África, o governo português teve de dar prioridade absoluta ao esforço da defesa, sendo certo que as despesas com a guerra têm vindo sempre a subir, atingindo no ano de 1969 cerca de 52% do orçamento português” (Soares: 1974, p. 473).

Mas, se tivermos em conta os mapas oficiais das despesas com a guerra, verificamos que os valores neles contidos, são bastantes inferiores aos que atrás citámos. Por exemplo, no quadro nº 3 - Percentagem das despesas da defesa nacional, relativamente às do Estado, a percentagem é de 19%, no ano de 1969 (ver anexo nº 16)<sup>18</sup>.

Como atrás já referenciei, Mário Soares tem razão quando diz que Salazar utilizava as palavras de acordo com os auditórios a que se destinavam, fazendo com que, de uma maneira ou de outra, tudo pudesse corresponder à verdade. Mas também, por outro lado, julgo não existirem dúvidas quando ao facto de também Mário Soares utilizar os números de acordo com os seus interesses políticos. E no seu *Portugal Amordaçado* avança com as suas estimativas: “Os militares que se encontram em África nunca serão menos de 150 000 - 70/80 mil em Angola; 40/60 mil em Moçambique; 30 mil na Guiné”. E depois acrescenta, “A imprensa mundial calcula que serão 200 000 (duzentos mil)”. (Soares: 1974, p. 423).

Se analisarmos o anexo nº 4 do capítulo III do quadro de efetivos dos três teatros de operações (TO), referidos a 31 de Dezembro, e onde é contabilizada a média dos treze anos de guerra, verificamos que não se ultrapassaram os 97 000 militares/ano.

E podemos desta forma concluir, que, se Salazar utilizava as palavras de acordo com os auditórios, também não deixa de ser verdade, como já referimos, que Mário Soares também utilizava os números de acordo com os seus interesses políticos.

Toda esta parafernália de valores não nos dá garantias, quanto aos reais custos financeiros com a guerra. Embora exista uma verba no orçamento de estado a transferir para o respetivo Ministério da Defesa, e esta não reflita a totalidade das despesas efetuadas. Por exemplo, a quantidade de armamento que era fabricado em Braço de Prata - Fábrica de Material de Guerra, e, depois, enviadas para os três palcos de guerra; tais números eram confidenciais, logo, não se sabe o seu custo. Para além ainda de outras verbas que eram transferidas dos orçamentos das respetivas colónias, como por exemplo, de Angola e Moçambique. Portanto, devido a estas confidencialidades e transferências, é sempre difícil de saber quais os valores do Orçamento do Estado que eram afetos à guerra.

Oficial é apenas o valor de um milhão de contos que Angola e Moçambique transferiram no ano de 1971.

---

<sup>17</sup> Daniela Cabrita Mateus (2012), “Rui Ramos sobre a guerra colonial e o 25 de Abril”, Público, 24 de Outubro, p. 46.

<sup>18</sup> Estado-maior do Exército, *op. cit.*, Lisboa, v. 1, 1988, pp. 53-57.

No entanto, há duas conclusões que já podemos tirar. A primeira, que a guerra teve custos elevados para Portugal. A segunda, que os interesses pessoais e políticos condicionaram sempre a percepção e divulgação desses mesmos custos/números.

Quando tomamos por assente que a guerra em África (Angola, Moçambique e Guiné) durou treze anos, tal, não é totalmente verdade. Ainda hoje, e passados que são 52 anos, os conflitos, de certo modo, continuam. Também é verdade que Portugal deixou de estar no teatro de operações, mas não deixamos de ser, em certa medida, responsáveis pelos conflitos que existem, no seio dos próprios países independentes.

O modo como foi processada a independência às colónias, veio contribuir para que a guerra se intensificasse. O exemplo recente são as lutas permanentes, entre o MPLA e a UNITA, pelo poder em Angola. Já na altura da descolonização, assinou-se um acordo, conhecido por Acordo de Alvor, com os três movimentos de libertação - MPLA, FNLA e UNITA - , e, de seguida, elegeu-se um alto-comissário para Angola, o almirante Rosa Coutinho, com a finalidade de apoiar o MPLA. Uma vez que, era o movimento que tinha uma política mais próxima do Partido Comunista, ao qual Rosa Coutinho estava ligado, como também, por ligações familiares, ao presidente do MPLA, o Dr. Agostinho Neto.

O não cumprimento do Acordo de Alvor deu origem a uma guerra entre os três movimentos de libertação supracitados, o que originou a morte de muitos milhares de militantes e não militantes dos respetivos movimentos. Só num dia, em Luanda, morreram mais pessoas do que durante os 13 anos de guerra nas três frentes de combate.

O motivo por que estes massacres se verificaram mais em Angola do que nas outras colónias, está relacionado com o facto de, nestas outras, a influência do Partido Comunista ser residual, ou, melhor, a internalização do conflito não ter sido tão intensa. Em Angola, por efetuada existência de três movimentos armados em luta pela reivindicação da sua legitimidade governativa no pós-guerra e pós-independência, era inexequível, à partida, um contexto de descolonização menos violento como o que os ocorrera em Moçambique e Guiné, onde prevalecia a hegemonia de um só movimento/partido<sup>19</sup>. A FRELIMO no primeiro caso e o PAIGC no segundo caso.

O contexto de guerra fria apenas veio exacerbar este conflito internointernacionalizando-o. A intervenção dos Estados Unidos ocorreu, principalmente, por influência do Zaire, através do seu presidente Mobuto, e por um diverso conjunto de fatores: que iam desde aconivência diplomática de Mobuto em relação a Washington, a iminência da bancarrota desse Estado (nos anos de 74 e 75) que colocava em causa o pagamento da sua dívida externa e abria um precedente com riscos incalculáveis ao nível do sistema económico mundial e das suas fragilidades, até à cumplicidade que as principais figuras do Zaire sustinham com o FNLA - de resto ideologicamente não comunista - e que faziam do Zaire

---

<sup>19</sup> “É provável que, no caso de Angola, a principal ilusão subjacente aos acordos do Alvor tivesse sido a referente à possibilidade da constituição de um exército nacional angolano a partir da fusão das forças de guerrilha dos três movimentos que tinham praticado a luta armada. A natureza profundamente antagónica desses movimentos fazia prever os obstáculos de semelhante fusão” (Mota: 1985, p. 507).

um canal privilegiado para que as forças ocidentais pudessem fornecer o seu apoio ao FNLA (Maxwell: 1985, p.542-543).

Já a resposta da URSS a todas estas movimentações, que envolveu também - e como já referido - a África do Sul, não se fez rogada. “Puderam fornecer, em 1975, a Agostinho Neto, duzentos milhões de dólares em assistência militar por mar e ar, estabelecer uma ponte aérea com quarenta e seis voos de médio epesado transporte soviético, e de transportar, por via aérea nos IL-62, de fabrico soviético, grande parte dos onze mil soldados cubanos enviados para Angola naquele período” (Maxwell: 1985, p. 545).

No que respeita ao almirante Rosa Coutinho, não foi só em Angola que quis implementar a sua ideologia comunista. Também em Portugal Continental, encetou a sua propaganda socialista, nomeadamente, ao tentar que os políticos portugueses adotassem medidas de saneamento e moralização da vida nacional, através de um projeto de lei que apresentou no Concelho de Estado, e que passo a citar:

*“Medidas apresentadas no diploma:*

- 1) Completar o desmantelamento da PIDE/DGS, e da Legião Portuguesa;*
- 2) Julgar no foro militar, os dirigentes, membros e colaboradores dessas organizações;*
- 3) Completar a extinção da União Nacional; ANP; Mocidade Portuguesa; Liga dos Antigos Graduados da M.P.; Liga 28 de Maio; Movimento Nacional Feminino e semelhantes;*
- 4) Completar a extinção dos tribunais plenários criminais e do tribunal militar especial;*
- 5) Implementar a dissolução da organização corporativa e de coordenação económica;*
- 6) Privar de direitos políticos todos aqueles que, entre 1926 e 1974, nos seus cargos ou no seu comportamento público, “demonstraram não dar garantias de integração no espírito democrático do programa do MFA” [Movimento das Forças Armadas];*
- 7) Proceder ao saneamento completo do pessoal dos sectores público, privado e semi-público.*
- 8) Impedir e reprimir todos os actos e manobras de sabotagem económicas;*
- 9) Adoptar medidas contra a corrupção, tanto no sector público como no sector privado;*
- 10) Adoptar medidas especiais contra actos de banditismo e outros crimes comuns;*
- 11) Promover o julgamento dos responsáveis políticos do regime anterior, que, no desempenho das suas funções, cometeram crimes políticos ou comuns previstos e punidos na lei ao tempo vigente” (Amaral: 1995, p. 317).*

Mas o almirante Rosa Coutinho não se ficou apenas pelas medidas apresentadas no diploma atrás referenciado. Também no que respeita a Angola, este sempre se manifestou anticolonista. Quem o afirma é Jonas Savimbi, presidente da UNITA, no seu livro *O homem do projecto angolano*, onde também é afirmado: “O Dr. Mário Soares declarou, como já antes o fizera, numa entrevista concedida em Paris, que ele nunca tinha sido colono, e, logo, não tinha nada a ver com os nossos colonos”. E que, “Rosa Coutinho desejava criar o pânico e provocar o êxodo, entre os colonos, desarmar a UNITA, e deixar terreno livre à penetração comunista” (Savimbi: 1974, p. 68).

Infelizmente, foi o que veio a acontecer. Milhares de cubanos, juntamente com o MPLA, tomaram conta das principais cidades, obrigando o tal êxodo desejado pelo almirante Rosa Coutinho.

Ainda neste livro, quando é perguntado a Jonas Savimbi, se a maioria do povo de Angola optaria, em referendo, pela *portugalidade*, a resposta é afirmativa.

O conjunto destas afirmações vem dar razão, aos que acham que a descolonização, além de inoportuna, foi gravosa, não só para o povo angolano, como também para cerca de um milhão de portugueses que tiveram de abandonar as colónias portuguesas. Também nesta retirada, os custos foram elevados para Portugal<sup>20</sup>.

No que concerne ao teatro de operações, a guerra prolongou-se por vários anos (cerca de treze), porque, além dos motivos já referenciados, outros interesses, eram notórios. No que respeita aos comandos, concretamente aos oficiais superiores, o interesse em acabar com a guerra era secundário, pelos motivos que passamos a enumerar:

1º Porque a sua estadia nos quartéis gerais, onde normalmente viviam com as suas famílias, não oferecia quaisquer perigos;

2º Os seus ganhos financeiros (os seus salários) eram bastante atrativos, por contraponto com o que auferiam ou iriam auferir na Metrópole;

3º Porque eram promovidos aos postos imediatos, com maior regularidade e facilidade - uma vez que o tempo, para efeitos de promoção, contava a dobrar. É de destacar que desta classe de oficiais superiores, faziam parte, Majores, Tenentes-coronéis, Coronéis, Brigadeiros e Generais;

Outros motivos também justificavam a falta de resultados - no que diz respeito à guerra - no mais curto espaço de tempo:

1º O militares do exército estavam mal preparados, tanto tecnicamente, quanto à crónica falta de conhecimento dos locais onde atuavam;

---

<sup>20</sup> Cf. “Nos primeiros tempos, o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais distribuiu-os por hotéis e pensões (compensando assim a falta de turistas) e concedeu-lhes subsídios, assistência médica, e mais tarde linha de créditos para compra de habitação e estabelecimento por conta própria. *Representavam, em 1976, 11% das despesas do Estado.*” (Ramos: 2009, p. 58, itálicos nossos).

2º Os próprios comandantes refletiam falta de agressividade na sua postura de combate;

3º A falta de ligação com as outras forças, muito especialmente, com a força aérea<sup>21</sup>;

4º A falta de material adequado às operações a realizar, como por exemplo, a falta de armamento<sup>22</sup>.

Mas, voltando às despesas feitas com a guerra, estas eram de dois tipos: despesas ordinárias e despesas extraordinárias.

As despesas ordinárias tinham um caráter regular e permanente. Já as despesas extraordinárias diziam respeito à defesa da ordem pública em circunstâncias excepcionais.

De acordo com o livro do Estado-maior do Exército, estas despesas inscreviam-se no Orçamento Geral do Estado e também nas contas gerais do Estado, no capítulo orçamental intitulado “Encargos Gerais - Defesa Nacional”. Constando dele, também, um artigo “Forças militares extraordinárias do Ultramar”, relativo às despesas efetuadas nas províncias ultramarinas com as forças de reforço.

Os quadros, nesse livro presentes, nº 1, 2, 3 e 4, referentes às referidas despesas, dão-nos uma ideia dos custos, não só em termos quantitativos como em termos percentuais. Tais quadros dizem respeito aos três ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Aviação.

Os custos com a guerra, no que respeita ao pessoal, não se limitavam aos militares que faziam parte das respetivas companhias ou batalhões. Por exemplo, o serviço postal - designado por S.P.M (Serviço Postal Militar) - era gerido por funcionários dos CTT, aos quais eram atribuídos determinados postos militares de acordo com as funções que desempenhavam.

Também a assistência religiosa estava a cargo de padres que integravam companhias ou batalhões de militares, a quem designavam por capelães, e aos quais era atribuído o posto de capitão, auferindo um vencimento de acordo com a respetiva graduação.

Outros ministérios, como o Ministério do Interior, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Ultramar, tinham outras funções também relacionadas com a guerra, os quais igualmente contribuiriam com verbas que estavam afetas ao seu Ministério.

---

<sup>21</sup>Cf. “A obsolescência, o excessivo peso e a escassez de meios de transmissões acrescentava a estas dificuldades um outro factor altamente lesivo do moral das tropas: a frequente impossibilidade de pedir o apoio aéreo em tempo oportuno, não só em combate (apoio aéreo próximo) como para a evacuação de feridos ou doente” (Morgado: 2001, p. 38).

<sup>22</sup>O ministro da Defesa há época de Marcelo Caetano, Silva Cunha, descreve com eloquência estas fragilidades das tropas portuguesas: “No que respeita a esta matéria, a consequência mais grave era a dificuldade crescente em adquirir o material necessário para o equipamento das tropas que combatiam no Ultramar. Em contraste, o inimigo dispunha das maiores facilidades, recebendo sem qualquer restrições (principalmente dos países de Leste, mas não apenas...) material abundante e moderno. É evidente que isso afectava a moral das tropas, abalado já pelo esforço exigido aos quadros permanentes, cuja renovação era cada vez mais difícil, pois todos os anos diminuía o número de candidatos à Academia Militar. (...) As queixas principais eram sempre as mesmas: cansaço dos quadros, má preparação das tropas, inferioridade do nosso armamento em relação ao do inimigo, falta de viaturas em número suficiente, exagerada concentração de poderes de decisão nos comandos superiores em Lisboa, lentidão excessiva das decisões e falta de efetivos” Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, pp. 291-292. Citado em David Morgado, *op. cit.*, pp. 38-39.

Por exemplo, o Ministério do Interior, da qual dependia a PIDE/DGS, tinha a seu cargo a centralização de toda a informação.

De acordo com os cálculos do Ministério do Exército, o custo médio por militar e por dia, era o seguinte:

Vencimento e Subsídio de Campanha	35\$00
Alimentação	23\$00
Fardamento	5\$00
Transportes - Via marítima	10\$00
Restantes Encargos	42\$00

O que corresponde a uma média diária totalizada em 115,00 escudos.

Por sua vez, estes valores, são também convertidos tendo em conta a variação dos custos de colónia para colónia, assim:

Guiné	105\$00
Moçambique	125\$00
Angola	115\$00

Na rubrica atrás referenciada “Restantes Encargos - 42\$00”, estão incluídos: armamento; equipamento e material de aquartelamento; alojamento; assistência religiosa, sanitária e social; combustíveis; água; luz; telefone e munições.

Estes valores têm ainda por base uma estimativa de 97 000 militares diários, nas três frentes de guerra: Angola, Moçambique e Guiné.

Se fizermos uma análise à composição de uma companhia, e tendo em conta quanto ganhava cada militar - sendo que, uma companhia era normalmente constituída por 150 militares com diversas patentes - verifica-se que o valor referenciado de 35\$00, trinta e cinco escudos, para vencimento e subsídio de campanha, não era de todo suficiente, senão vejamos:

**Composição da companhia - diversas patentes:**

**Um Oficial** - Comandante de campanha, com a patente de capitão

Vencimento mensal (média) 11 000\$00

**Sete Oficiais Subalternos** - Alferes, Comandantes de pelotão

1/7 000\$00 49 000\$00

**Trinta sargentos** - Comandantes de secção

1/3 000\$00 90 000\$00

<b>Quarenta 1º Cabos - Comandantes de esquadra</b>	
1/1 000\$00	40 000\$00
<b>Setenta soldados</b>	
1/700\$00	49 000\$00
<hr/>	
<b>Total</b>	<b>239 000\$00</b>

Posto isto, se dividirmos os 239 000\$00 por 150 militares, a média mensal será da ordem dos 1 593\$00 arredondados. Em seguida, se voltarmos a dividir estes 1 593\$00 por 30 dias (um mês), sabemos que, o valor diário gasto por militar foi de 53\$00, e não de 35\$00. Existindo, portanto, uma diferença de 18\$00 diários:  $53\$00 - 35\$00 = 18\$00$ .

Naturalmente que estes valores não são os mais rigorosos, mas dão uma noção geral da grandeza dos gastos relacionados com a guerra.

Estes valores tornam-se ainda mais significativos se multiplicarmos estes 18\$00 diários de diferença por 97 000 militares, atingindo uma verba (sobre a tal diferença diária) na ordem dos 1 746 000\$00 (um milhão setecentos e quarenta e seis mil escudos).

O que significa que, num ano (365 dias), o valor dispara para os 637 290 000\$00 (seiscentos e trinta e sete milhões e duzentos e noventa mil escudos).

E esta disparidade poderia ainda ser muito maior, se tivéssemos em conta os valores recebidos por oficiais com outras patentes mais elevadas, como por exemplo: Majores, Tenentes-coronéis, Coronéis, Brigadeiros e Generais. Embora estes oficiais apenas fossem integrados em batalhões ou comandos territoriais.

Uma outra verba que também não referimos, foram os prémios de especialidade, que eram atribuídos a militares com especialidades específicas, por exemplo, médicos, enfermeiros, mecânicos e muitos outros.

Assim, e depois de verificarmos tais diferenças, podemos concluir, que a historiadora e investigadora Daniela Cabrita Mateus, tinha razão, quando contestava o artigo de opinião de Rui Ramos, ao referir que os custos com a guerra colonial foram superiores a 40% e não de 29%.

É sempre bom referenciar que os números atrás mencionados são valores médios, que se aproximam dos valores do ano de 1965, tanto no que diz respeito aos vencimentos, como ao número de militares nas três frentes.

### 3. Custos humanos da Guerra Colonial

Se, quanto aos custos financeiros existem divergências bastante significativas, ao comparamos os documentos oficiais com aquilo que nos é apresentado em livros, revistas ou jornais, no que concerne às estimativas das perdas de vidas humanas durante a guerra, as diferenças são ainda mais significativas.

Por exemplo, numa publicação recente de um artigo publicado no jornal *Público*, intitulava-se assim: “Relatório oficial revela que as tropas portuguesas decapitaram em Angola”. E, não duvidando que tenham existido mortes nas circunstâncias referidas, já tenho muitas dúvidas acerca da veracidade do relatório em questão. Se analisarmos o seu conteúdo (que se pode ler no anexo nº 18) não fica claro que foram as nossas tropas “os cortadores de cabeças”. O que era normal, em situações idênticas, era serem os “sobas” ou regedores, a executá-las.

Também era normal que relatórios de acontecimentos idênticos fossem enviados para os respetivos comandos militares, e, posteriormente, analisados nos departamentos de “Operações e Informações”. E alguns destes documentos, eram de facto, enviados para a PIDE, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Extremismos desta ordem ocorreram em todas as frentes de guerra, e eram do conhecimento, não só dos comandos militares, quanto da própria PIDE, e, até, da população em geral.

Muitas destas situações foram fotografadas e filmadas por militares das respetivas campanhas. Visto ser usual cada companhia ter um militar com a especialidade de fotografia e cinema, sendo a sua função, filmar ou fotografar todas estas circunstâncias consideradas anormais.

Depois, toda a documentação relacionadas com esta forma de registar episódios de guerra era enviada para os Serviços Cartográficos do Exército, através do referido departamento de “Operações e Serviços”, para serem posteriormente arquivadas nos respetivos serviços.

É evidente que esta notícia de primeira página do *Público* que atrás referimos, transformou-se, pelo seu carácter polémico, numa notícia com cariz político ou iminente política. Basta para tal, analisarmos o artigo de opinião presente na página 2 do jornal referido (ver anexos nº 18, 19 e 20).

Acontecimentos como este que aqui é relatado, acerca das decapitações ou situações idênticas, certamente que ocorreram e foram praticadas pelos então chamados “terroristas”. Não só contra os nossos militares e até contra muitos civis, mas, e muito especialmente, contra os seus próprios “camaradas”.

Vejamos, por exemplo, o que nos relata a viúva de Amílcar Cabral, num programa de televisão transmitido no dia 10 de outubro de 2012, pelo segundo canal da Rádio Televisão Portuguesa:

“Quando tivemos conhecimento que o meu marido Amílcar Cabral, na altura secretário-geral do PAIGC, tinha sido morto pelos próprios militantes do partido, alguns desempenhavam funções de guarda-costas, foram imediatamente mandados fuzilar. E foram cerca de 100 militares que acompanhavam Amílcar Cabral à Guiné-Conakry”.

Esta situação é confirmada por Pedro Pires, pessoa muito próxima de Amílcar Cabral, adiantando que se tratou de uma vingança. Para de seguida, neste mesmo programa, assumir que de modo algum se sentia arrependido por ter contribuído para a morte destes soldados, mas que, na altura, estavam em guerra, e, por essa razão, não lhes era possível fazer uma investigação para apurar quem foram de facto os culpados. A prevalecer esta teoria, ousariam todos ou não seria nenhum!

Mas, como atrás referi, outros massacres se efetuaram, p. ex., na povoação de Wiryamu, próximo de Tete em Moçambique, este com alguma projeção internacional. As denúncias deste massacre foram feitas pelo núncio apostólico Monsenhor Sensá, e que uma grande parte da imprensa estrangeira deu bastante relevo, uma vez que, os massacres foram cometidos pelas tropas portuguesas. Quando da viagem de Marcelo Caetano à Inglaterra, mais concretamente a Londres em Julho de 1973, os homens dos *mass-media* não se fizeram esperar, fatigando Marcelo Caetano com múltiplas perguntas acerca dos acontecimentos atrás referidos.

A resposta deste a este propósito foi clara, referindo que havia duas ordens de factos a distinguir: a hipótese de alguma irregularidade nas operações e a campanha em curso. Depois esclarecendo: “nenhum homem público, fosse ele quem fosse, a qualquer país a que pertencesse, de qualquer partido que fizesse parte, poderia garantir que uma guerra de guerrilhas, decorrida no mato, não se passasse alguma coisa de condenável. Não estávamos perante batalhas ordenadas, em que os exércitos se defrontassem, sujeitos aos seus comandos, segundo planos devidamente estabelecidos, mas em face de uma guerra de mãos, mais suja que qualquer outra”. E conclui de forma eloquente: “ O que poderia garantir é que não era a doutrina do governo português a prática de violências, e que, pelo contrário, constantemente se insistia, nos princípios de que na guerra subversiva, o essencial era conquistar adesões não exterminar pessoas”. (Caetano: 1974, p. 183).

Mas, pelo facto da imprensa estrangeira ter noticiado o “massacre de Wiryamu” (Moçambique), concretamente, o *The Times* londrino, as reações não se fizeram esperar. Por exemplo, o ministro dos negócios estrangeiros do governo de Olof Palme, Krister Wickman, anunciou de imediato o aumento da ajuda sueca à Frelimo, que passou dos três para os cinco milhões de coroas.

Foi a partir dessa data que se confirmou que a Suécia, mais concretamente, Olof Palme, era uma das grandes apoiantes da Frelimo. Mais ainda, confirmou-se que estes apoios

já se verificavam desde 1949, quando Eduardo Mondlane fundou a Frelimo, um dos movimentos de libertação de Moçambique (Mateus: s/d, p. 44).

Outros apoios eram igualmente manifestos no que diz respeito às ajudas prestadas aos movimentos de libertação, tanto em Angola, como em Moçambique, e também na Guiné.

Por exemplo, os indianos, radicados nestas províncias, apoiavam os chamados terroristas, não só através de informações que obtinham nos seus estabelecimentos comerciais, como dando-lhes guarida nas suas casas.

Também os holandeses, nas suas missões, recebiam os movimentos de libertação e colaboravam com estes, muito especialmente, em termos de assistência médica. Factos também confirmados por uma enfermeira portuguesa em entrevista, no dia 31 de Outubro de 2012, ao canal 1 da Rádio Televisão Portuguesa (RTP).

Outros apoios vinham ainda da China e da Zâmbia, quem o confirma é o Major Mário Tomé, ajudante de campo do General Kaúlza de Arriaga. Estes apoios foram revelados no dia 17 de Outubro de 2012, também no canal 1 da RTP, sendo estes dirigidos à Frelimo/Moçambique.

E só assim se compreende que a maioria das mortes de militares portugueses tenha sido provocada em emboscadas. Nomeadamente, na medida em que os apelidados “terroristas” detinham informações como a “hora provável” e o local em que passariam as colunas militares.

Um apoio não menos importante que era dado aos movimentos de libertação, era a formação das tropas, e um dos países que mais colaborava nessa mesma formação era a URSS. Tal como era o país que mais armamento fornecia a estes mesmos movimentos - ainda que apenas, como é evidente, aos que compartilhavam da mesma ideologia comunista.

Também é verdade que os nossos militares eram apoiados por grupo de nativos das respetivas colónias, como o caso dos Flechas. Eram homens aliciados por elementos da PIDE/DGS e treinados pelos nossos militares, embora com alguma componente estratégica que lhes era incutida pela PIDE/DGS. O que, para os nossos militares era de suma importância, na medida em que, estes homens conheciam bem o terreno, o que, por sua vez, lhes dava maior segurança para cumprirem os seus objetivos. Podendo mesmo afirmar que foram os Flechas e a PIDE que evitaram muitas mortes aos nossos militares.

Assim, quando se programavam operações que aparentavam riscos maiores, os comandos recorriam às delegações da PIDE, pedindo informações acerca da localização onde essas mesmas operações se iriam realizar<sup>23</sup>.

A prova da capacidade que os Flechas sempre demonstraram no terreno, e que era visível aos movimentos de libertação, é-nos referida pelo General Silva Cardoso no seu livro *Anatomia de uma Tragédia*, onde se pode ler o seguinte:

---

<sup>23</sup>Esse reconhecimento da importância da DGS na guerra do Ultramar tornou-se explícita, pelo facto de, mesmo depois do 25 de Abril, o programa político do MFA/Spínola conter uma alínea referente à “não extinção da DGS nos territórios ultramarinos em guerra, onde deveria apenas ser reestruturada e organizada como Polícia de Informação Militar, enquanto as operações militares o exigissem”. António de Spínola, País sem Rumo, pp. 119-121. Citado em David Morgado, *op. cit.*, p. 91.

*“Um outro campo de acção para reforçarem o seu potencial de combate, foi o aliciamento dos flechas, que haviam sido formados pela PIDE/DGS. [Polícia Internacional em Defesa do Estado, posteriormente Direcção Geral de Segurança”. Tratando-se de excelentes combatentes, bem preparados, todos desejavam integrá-los nas suas fileiras, isto para além da «caça» aos militares desmobilizados do exército português, onde o MPLA, levava uma clara vantagem, pelo apoio que recebia dos elementos do MFA [Movimento das Forças Armadas] ”. (Cardoso: 2009, p. 547).*

A necessidade a que fomos obrigados a enviar militares para a guerra, ou seja, para as três frentes de combate, levou-nos a alterar o tempo julgado necessário para que os nossos militares tivessem uma preparação adequada, a saber:

1º O tempo de instrução durante a recruta diminuiu, passou de 90 para 60 dias no que respeita às praças. Quanto aos oficiais e sargentos o tempo não ultrapassava os 180 dias, incluindo a recruta e a especialidade. Isto quanto a militares do serviço militar obrigatório;

2º Havia um desconhecimento total dos locais onde estes iriam operar;

3º As mudanças climáticas abruptas, por vezes estando na origem de doenças, fragilizavam os militares e obrigava-os a regressar aos quartéis de origem;

4º Porque se tratava de uma guerra subversiva, logo houve necessidade de colmatar algumas dessas carências. Nomeadamente, através da implementação de um serviço de informações militares durante as campanhas<sup>24</sup>.

Em guerra subversiva, as informações são de primordial importância e desempenham um papel ativo durante estas. Qualquer dos escalões de comando, desde a companhia ao comando-chefe, necessitava de um conhecimento razoável do meio ambiente (terreno, clima, efemérides e população) e do inimigo. Todavia, a natureza e a quantidade das informações necessitadas, no que toca a cada um desses fatores, variava de comando para comando. Tal dependia não só do escalão considerado, como também da missão recebida e do maior grau de iniciativa por ela conferida, da respetiva zona de ação, da fase de subversão atingida na respetiva área, e, até, dos meios de apoio disponíveis (fogos), forças de intervenção, etc.

É sabido que as informações foram importantes, mas não menos importante, era o apoio dado aos militares no terreno pela força aérea. Embora também fossem atribuídos à força aérea, práticas de atrocidades e de atos indiscriminados de violência contra as populações. Sendo que, se é certo que alguns destes atos extremos aconteceram, foi apenas devido a erros de cálculo; uma vez que a visibilidade era diminuta, muito especialmente, em locais onde a floresta era muito densa.

---

<sup>24</sup>Cf. Estado-maior do Exército, *op. cit.*, Lisboa, v. 1, 1988, pp. 362-363.

Um dos fatores não menos importantes nesta guerra foi o fator psicológico, e até os movimentos de libertação foram eficazes, tanto nos países estrangeiros como na metrópole (Portugal), perante as suas populações, nessa “guerra psicológica”, nomeadamente:

- 1º Desacreditando a política portuguesa nas províncias ultramarinas;
- 2º Fazendo crer os seus êxitos nas frentes de batalha;
- 3º Atribuindo práticas de atrocidades e atos indiscriminados de violência, perante as populações, às nossas tropas;
- 4º Fazendo crer que o povo estava oprimido e descontente em todo o território;
- 5º Tentando, desta forma, convencer o povo que só pela luta armada seriam satisfeitas as suas reivindicações;
- 6º Fomentando o ódio racial;
- 7º Convidando os militares naturais das respetivas províncias à deserção.

Naturalmente que muito destes fatores não funcionavam, por exemplo, a deserção dava-se era em sentido contrário ao pretendido pela propaganda dos movimentos de libertação. Quase todos os dias apresentavam-se às tropas portuguesas militantes destes movimentos.

No que diz respeito às mortes dos nossos militares nas três frentes de combate, houve sempre muita informação errada. Quando as notícias anunciavam mortes na guerra, muito raramente se dizia a origem da morte. Logo, a imagem com que se ficava, era a de que as mortes eram em combate, o que não correspondia, de todo, à verdade. Senão vejamos:

#### **O exemplo de Angola:**

##### Mortos em combate:

Naturais da metrópole	1098
Naturais de Angola	208
<hr/>	
Total	1306

##### Mortos por acidente de viação:

Naturais da metrópole	608
Naturais de Angola	252
<hr/>	
Total	860

Mortos por acidente c/ armas de fogo:

Naturais da metrópole	240
Naturais de Angola	104
<hr/>	
Total	344

Mortos por outros motivos - doença e outros:

Naturais da metrópole	488
Naturais de Angola	260
<hr/>	
Total	748

Resumindo:

Morreram em Angola - 13 anos (1961-1974)

Em combate	1306
Outros motivos	1952
<hr/>	
Total	3258

Em termos percentuais:

Mortes em combate	40%
Mortes por outros motivos	60%

Concluimos desta análise, que a imagem que entretanto passava, sobre estes mesmos dados, era totalmente diferente da realidade.

No que respeita à Guiné-Bissau, os valores em termos percentuais já se invertem. No entanto, tal como no caso moçambicano, não deixam de ter algum significado as mortes não resultantes do combate em si.

**O exemplo de Guiné-Bissau:**

Morte em combate:

Naturais da Metrópole	985
Naturais da Guiné	255
<hr/>	
Total	1240

Mortes por acidente de viação:

Naturais da Metrópole	135
Naturais da Guiné	18
<hr/>	
Total	153

Mortes por acidente c/armas de fogo:

Naturais da Metrópole	170
Naturais da Guiné	37
<hr/>	
Total	207

Mortes por outros motivos - doenças e outros:

Naturais da Metrópole	309
Naturais da Guiné	161
<hr/>	
Total	470

Resumindo:

Morreram na Guiné

Em combate	1240
Outros motivos	830
<hr/>	
Total	2070

Em termos percentuais:

Mortes em combate	58%
-------------------	-----

Mortes por outros motivos 42%

**O exemplo de Moçambique:**

Mortes em combate:

Naturais da Metrópole	1027
Naturais de Moçambique	454
<hr/>	
Total	1481

Mortes de acidente de viação:

Naturais da Metrópole	244
Naturais de Moçambique	223
<hr/>	
Total	467

Mortes com armas de fogo:

Naturais da Metrópole	130
Naturais de Moçambique	104
<hr/>	
Total	234

Mortes por outras causas:

Naturais da Metrópole	363
Naturais de Moçambique	417
<hr/>	
Total	780

Total de mortes em Moçambique:

Em combate	1481
Por outros motivos	1481
<hr/>	
Total	2962

Em termos percentuais:

Mortes em combate	50%
Mortes por outros motivos	50%

**Resumindo:**

Morreram nas três frentes - Angola, Moçambique e Guiné - e durante treze anos (1961-1974):

Em combate	4027
Por outros motivos	4263

Perfazendo um total de 8290<sup>25</sup>.

É de salientar que as 4263 mortes que ocorrem fora do teatro das operações, poder-se-iam ter, muitos delas, evitado. Nomeadamente, se os militares intervenientes tivessem uma preparação adequada à guerra que se desenrolava nas respetivas províncias. Um exemplo que atesta as consequências nefastas desta falta de preparação foram as mortes acidentais ocorridas no manuseamento das armas de fogo, sendo que, muitos militares não tinham a experiência adequada para poderem manobrar com segurança a sua própria arma.

Um outro exemplo foram as mortes ocorridas em acidentes de viação. Muitos dos condutores eram totalmente inexperientes. O documento que os habilitava a conduzir era-lhes entregue após algumas horas de condução e com pouco tempo despendido nas lições teóricas. E, mesmo assim, com essa notória impreparação, era-lhes dada a especialidade de condutores. Após esse período de “escola” eram então mobilizados, integrados em companhias de caçadores, e enviados para zonas operacionais, fazendo transporte de militares e de material de guerra. Por vezes, percorrendo milhares de quilómetros por estradas e picadas, as quais obrigavam a grande perícia e experiência, que era o que os nossos condutores manifestamente não tinham, daí as muitas das mortes ocorridas por acidente.

Outro número bastante preocupante foram os 26 233 feridos que se verificaram nas três províncias, durante os treze anos de guerra. As causas para estes feridos foram praticamente as mesmas que deram origem às mortes “não em combate”, embora com uma maior incidência em acidentes de viação.

---

<sup>25</sup>Todos os valores atrás referenciados, e no qual baseamos a nossa análise, foram retirados dos mapas que constam no livro do Estado-maior do Exército, *op. cit.*, Lisboa, v. 1, 1988, pp. 264-266.

É sempre bom referir que uma grande parte destes feridos foram evacuados para a então “metrópole”, mais concretamente, para o hospital militar - muito especialmente, aqueles que ofereciam cuidados médicos especiais. Logo, todas estas evacuações tiveram custos para o Estado, a somar aos custos com os cuidados médicos e medicamentosos das tropas em guerra.

Mas outros custos, e estes com maior peso financeiro, foram os custos a que o Estado ficou obrigado com a atribuição de subsídios e pensões a todos aqueles que ficaram com deficiências que os impediram de retornar ao mercado de trabalho.

Acresce ainda referir, todos aqueles que, ao longo destes 40 anos, após o término da guerra, continuam a apresentar sequelas. É o caso do chamado “*stress de guerra*” (anexos nº 21 e 22), sendo que, muitos destes continuam sem receber qualquer apoio da parte do Estado. E outros ainda que morreram por falta de assistência. Tudo isto provando sumariamente, como os ex-combatentes foram sendo abandonados pelos sucessivos governos.

Embora a associação nacional dos combatentes do ultramar, agora sediada em Tondela, tivesse tido um papel relevante na denúncia desta triste situação perante os nossos governantes, não teve os resultados desejados.

Mas é esta mesma associação que, no ano de 2009, inicia uma série de colóquios, no sentido de alertar os ex-combatentes para uma possível doença de que muitos ainda sofrem, o *stress de guerra*, como atrás referi. Ao mesmo tempo, esta associação inicia um peditório, com vista a construir um gabinete médico para fornecer uma maior e melhor assistência a todos os ex-combatentes que ainda continuam a sofrer.

O facto de o gabinete ter sido inaugurado exclusivamente pelo ativismo deste movimento e à custa da filantropia dos financiadores privados, prova, que quem tinha a responsabilidade de dar uma assistência digna aos ex-combatentes - ou seja, o Estado - os abandonou.

A guerra teve outras consequências, além dos custos financeiros, das mortes e dos mutilados. Foi o sofrimento das famílias daqueles que lá morreram, sendo que estas também foram sucessivamente abandonadas pelo Estado.

Como atrás já referimos a guerra em África não terminou com o 25 de Abril de 1974, nem após as independências das respetivas colónias, pelo contrário, foi nestes momentos que esta se intensificou. Basta ver, para isso, o que aconteceu em Angola com o fornecimento de armamento por parte da URSS e dos Estados Unidos ao MPLA e à UNITA. Os valores falam por si:

**Mapa 1 - Principais fornecedores de armas a Angola. Valores em dólares, anos de 1977 a 1986:**

URSS ao MPLA - 3 biliões de dólares.

Um bilião de dólares em 1987.

EUA à UNITA (1977 - 1986) - 13 milhões de dólares.

Quinze milhões de dólares em 1987<sup>26</sup>.

Num país com os recursos que Angola tem, estes valores não são assim tão expressivos. O petróleo em Cabinda, o ferro e os diamantes, são produtos de valor bastante elevado.

Existindo ainda outra fonte de receita, os dentes de elefante, de onde se extrai o marfim, em tempos controlada por Jonas Savimbi (presidente da UNITA). Embora este fosse um negócio considerado internacionalmente como ilegal, Jonas Savimbi sabia como controlar todo este produto, através da rota da Jamba para a Namíbia, para, depois aí, ser vendida para todo o mundo.

Era através dos diamantes e dos dentes de elefante que Savimbi arranjavaverbas, para a aquisição de armamento (Fernando: 2012, p. 185). É ainda neste livro de Emídio Fernando, e na mesma página, que é referenciada a queda de um avião, pertença do português Joaquim da Silva Augusto, que transportava três deputados portugueses: João Soares (filho do ex-presidente da república Mário Soares), Rui Gomes da Silva e Nogueira de Brito. Que refere, de acordo com a investigação efetuada pelo jornal *Sunday Times*, que o avião terá caído por não aguentar o elevado peso de marfim que transportava.

É sempre de frisar que em Angola e Moçambique, embora com todos estes recursos, se continua a morrer à fome. Concretizando: os recursos existem, mas não são para todos.

---

<sup>26</sup> Conferir estes dados em Kwadwo O. Akpan, *E depois do Alvor - a luta pela autodeterminação em Angola*, Nova Nórdica, 1989, p. 73.

## 4. A dádiva da guerra

Sempre que há uma guerra, independentemente de quem seja o vencedor, o paradigma socioeconómico e cultural muda. Seja no que concerne à evolução das populações envolvidas, como também, aos locais onde as guerras se desenrolam. Foi o que aconteceu nas então províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné.

Como recorda o Dr. Mário Soares, “na verdade, só depois de ter começado a luta armada, é que Lisboa se lembrou de que as colónias existiam e que era preciso prover aceleradamente ao seu desenvolvimento”, e prossegue, “o progresso verificado, depois de 1961, no que diz respeito à abertura de estradas, de escolas, de hospitais, de aeroportos - no que se refere à prospeção e à utilização das próprias riquezas naturais - é de facto espantoso! Decerto, é todo ele discutível nas prioridades estabelecidas para o desenvolvimento, e nos interesses criados, mas de qualquer forma é inegável”, e conclui, “fez-se mais em dez anos de guerra do que em muitas décadas anteriores” (Soares: 1974, pp. 465-466).

Não menos importante que os investimentos financeiros e económicos feitos nas colónias, foi a mudança de algumas leis, que vieram fazer justiça no que concerne aos direitos dos negros. Entre outras leis, o exemplo da revogação do código indígena, que tinha sido publicado em 1945, onde constava a distinção entre indígena e não-indígena. Também a mão-de-obra escrava e o cultivo obrigatório do algodão, foram oficial e publicamente abolidos, com o novo código laboral de 1962<sup>27</sup>. Outras medidas de capital importância, e que começaram a vigorar a partir de 1965, incluídas no terceiro plano de fomento, prendem-se com os reforços orçamentais, muito especialmente, no que concerne à educação e à saúde. E foi precisamente nesta última, na saúde, que os militares tiveram um papel fundamental, ao criarem unidades móveis com vista a dar maior e mais eficaz assistência, médica e medicamentosa, aos mais necessitados.

Mas os investimentos, tanto em Angola como em Moçambique, não pararam durante a guerra - tanto no sector público quanto no sector privado. Um exemplo de um investimento, que teve a maior importância para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, foi a construção da barragem de CahoraBassa. Considerada a quinta maior barragem do mundo, destinava-se a produzir 3,6 milhões de quilowatts de eletricidade, tendo como principal cliente a África do Sul. Após a sua concretização os investimentos não se fizeram esperar. Empreendimentos agrícolas surgiram em toda a zona, criando-se, desse modo, muitos milhares de empregos, dando origem à deslocação (êxodo) de pessoas de todo o Moçambique, para a zona da barragem.

---

<sup>27</sup>Cf, “Em 1961, algo mudou. O ministro do Ultramar Adriano Moreira aboliu as culturas obrigatórias (24 de Agosto de 1961), o estatuto de indígena (6 de Setembro de 1961) e o trabalho forçado (27 de Abril de 1962). Não foram simples `reformas no papel`. Em 1965 havia 500 000 africanos com bilhete de identidade em Angola e 300 000 em Moçambique”. (Ramos: 2009, p. 19).

Ainda em Moçambique, foi visível o desenvolvimento económico nos últimos anos de guerra, assim, as empresas industriais e agrícolas multiplicaram-se. Por exemplo, na região de Lourenço Marques (agora Maputo), eram produzidos alimentos do estilo europeu. Assim como, emergiram indústrias transformadoras com a finalidade de abastecerem o mercado de consumo. Sendo também importante referenciar, que um dos principais investidores em Moçambique foi a África do Sul. Mas, se em Moçambique se fizeram grandes investimentos, em Angola o crescimento económico era ainda mais visível. Salientando, no caso desta província, a rede rodoviária que atravessava todo o país de norte a sul.

O ensino foi uma área a que o governo português deu prioridade, criando vários grupos de escolas técnicas, onde a predominância de alunos era de raça negra. As universidades existiam nas principais cidades, como Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira (agora Lubango). Sendo esta última cidade conhecida como a “Coimbra de Angola”. No ano de 1967, esta cidade, já tinha seis faculdades e um instituto.

Os investimentos privados também não se fizeram esperar, as empresas comerciais e industriais surgiram tanto em Angola como em Moçambique. Também a igreja teve uma contribuição de maior importância para o desenvolvimento das colónias, com a construção de hospitais e muitas escolas, especialmente no interior das respetivas colónias.

A provar todo este desenvolvimento económico-social que se verificou nessa época nas províncias ultramarinas, foi a comparação entre economias díspares que foi feita no ano de 1966. E onde se refere que em Angola, o PIB por habitante, era superior ao de Marrocos e o de Moçambique superior ao de Madagáscar (Carneiro: 2001, p.515).

Ainda no que concerne à saúde e assistência médica, houve por parte da administração portuguesa a concertação de vários esforços, tendo como alvo principal a população nativa. Para tal, basta verificar que um ano após o início da guerra (1962) já existiam 593 médicos (1 para 8 149 habitantes), com 164 hospitais e centros de saúde (1 para 29 467 habitantes). Convém recordar, para estabelecer os termos de comparação, que em 1960, cada médico tinha à sua responsabilidade 19 000 habitantes, ou seja, havendo uma diferença (face ao ano de 1962) de menos 10 851 habitantes que cada médico tinha ao seu encargo. Logo, os investimentos na área da saúde foram superiores a 100%, só no espaço de dois anos, após o início da guerra.

Este investimento apenas diz respeito a Angola, mas em Moçambique, ou na Guiné, os investimentos na área da saúde foram idênticos. Se quisermos fazer uma comparação com outros países de África, é gritante a diferença, entre os investimentos feitos nas nossas colónias, com, por exemplo, a Tanganhica, Congo-Brazzaville, Quênia, Uganda, Sudão, e outros países. Nestes países africanos, a incidência da assistência médica e medicamentosa, não atinge metade da população que atinge nas nossas colónias, isto, em termos médios<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> “Em Moçambique a vida também mudou” em AAVV, *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. II, 2000, p. 352.

Os progressos sociais e políticos, também se verificaram, a partir do início da guerra. Em 1962 criou-se a primeira universidade e em 1968 a frequência escolar passou a ser obrigatória, desde que, as pessoas vivessem a menos de cinco quilómetros de uma escola. Salientando ainda, o importante papel que as missões católicas tiveram em tudo o que diz respeito ao ensino.

Em Moçambique, e a partir do início da guerra (1964), a assistência medicamentosa e materno-infantil também se materializou em dados concretos bastante positivos. Basta, para tal, verificar alguns números publicados no livro de Francisco Proença Garcia, *A guerra de Moçambique - 1964-1974*. E, dando um exemplo presente neste livro agora citado, basta ver, que de 1 de julho a 31 de dezembro de 1965, foram assistidas 44 909 pessoas e vacinaram-se 2 123 crianças (Garcia: 2010, p. 93). Naturalmente que esta assistência se expandiu durante o tempo que a guerra durou (cerca de 13 anos), e nas três frentes (Angola, Moçambique e Guiné).

Os ganhos com a guerra, no que respeita aos seus intervenientes, são sempre difíceis de contabilizar. Já demos alguns exemplos, no que respeita às respetivas províncias onde ocorreram os teatros de operações, assim como às pessoas aí residentes. Mas os militares que participaram na guerra, e que, após o seu terminus, regressaram às suas origens, também obtiveram alguns ganhos relacionados com a sua própria condição socioeconómica, e, conjuntamente com estes, Portugal também ganhou. Senão vejamos:

Em Portugal, nos anos 60 (aquando do início da guerra), o analfabetismo ainda era muito visível, mesmo naqueles com uma idade de cerca de 20 anos. Que era, precisamente, a idade com que se ingressava no serviço militar, para, posteriormente, a maioria destes jovens ser mobilizado para a guerra do ultramar. Acontece que, muitos, embora analfabetos, e outros sabendo ler e escrever, não tinham o exame do 2º grau, ou seja, da 4ª classe. E, por esse motivo, durante a guerra, foram também obrigados a frequentar aulas, que eram ministradas por muitos militares. Por esta razão, a maioria obteve, durante a guerra, o exame do 2º grau. Calcula-se que cerca de 10% dos setecentos mil que estiveram na guerra (isto é, setenta mil) melhoraram as suas habilitações literárias. Como é natural, este foi um ganho pessoal, mas o país, no seu todo, também beneficiou com este maior grau de conhecimento dos seus cidadãos.

Como também outros militares tiveram a possibilidade de aumentar as suas habilitações literárias, tanto ao nível de liceus ou escolas técnicas, como, inclusive, ao nível universitário. Pelo menos, enquanto estes se encontravam sediados em cidades onde existiam essas escolas. Um decreto-lei permitia a sua frequência, assim como possibilitava aos militares proporem-se a exames de 90 em 90 dias.

Também é verdade que aqueles que sempre permaneceram em zona operacional, não tiveram essa possibilidade. Mas, após a sua passagem à disponibilidade, continuavam a usufruir da concessão de poder fazer exames de 90 em 90 dias.

Uma outra regalia, que apenas foi aproveitava por uma minoria - ainda que, segundo o decreto-lei em causa, todos pudessem usufruir desta -, refere que todos os militares que

estiveram na guerra colonial, e tenham sido louvados pelo comandante da região onde desempenharam a sua missão, estavam isentos do pagamento de propinas em caso de virem a frequentar algum estabelecimento do ensino superior - sendo esta isenção extensiva aos filhos destes mesmos militares. Temos de referir que a maioria dos que usufruíram deste decreto, ou eram oficiais do quadro permanente, ou os seus filhos.

Ainda outra regalia a que os ex-combatentes têm direito, consoante o decreto-lei 160/2004 de 2 de junho, é há atribuição, por parte do Estado, de um complemento de pensão a todos os ex-combatentes que estiveram em zona operacional. E, foi publicado ainda, um decreto-lei (9/2012 de 11 de fevereiro), que tem em conta a contagem do tempo despendido pelos combatentes em guerra no ultramar para efeitos de cálculo de uma possível reforma, de acordo com o local e o tempo em que o ex-combatente permaneceu, somando, consoante estes dados, uma bonificação de 25%, 50% ou 100%, dependendo das referidas “variáveis”: local/tempo. Sendo ambas estas leis, descritas neste parágrafo, conhecidas por “leis Paulo Portas”.

Mas a guerra, veio também colmatar carências, tanto nas respetivas colónias como no continente. Assim, a formação e a experiência que os nossos militares adquiriram, ao longo de treze anos de guerra, foram bastante benéficas para o desenvolvimento do nosso país. Por exemplo, todos os militares que desempenharam funções de enfermeiros (e foram alguns milhares!), depois de terminarem o serviço militar, ficaram a desempenhar funções em hospitais e centros de saúde do nosso país. Como também, outros militares com outras especialidades de que Portugal necessitava, não deixaram de ser menos importantes ao seu desenvolvimento. Incluindo nestes, os mecânicos de automóveis, os serralheiros, os operadores de cinema, os eletricitistas, os cozinheiros, e muitos outros.

Gostemos ou não da guerra, como situação social limite, esta veio contribuir para a valorização pessoal dos que nesta participaram, mormente, em termos de aquisição de conhecimentos. Como também, depois, estes mesmos vieram a contribuir positivamente, para o desenvolvimento socioeconómico dos locais onde estes ex-combatentes se instalaram regressados da guerra. Tanto que o retorno dos colonos, deste ponto de vista, acabou por ser profundamente prejudicial às colónias que acabavam de abandonar. A fuga massiva de todos estes quadros técnicos não pôde deixar de abalar intensamente “o regular funcionamento da estrutura industrial, dos circuitos comerciais e da administração pública” (Mota: 1985, p. 507) que estes asseguravam nas ex-colónias com o seu *know-how* e, extensivamente, agravar a instabilidade económico-social nesses países, mais ainda, aquando em pleno processo de independência e transferência de poderes. Assim é, que ainda hoje, em matéria de coesão e desenvolvimento socioeconómico, estas ex-colónias continuam deveras subdesenvolvidas. Como se, o abandono dos colonos (enquanto recursos humanos especializados) tivesse perenizado a fratura estrutural entre os países do primeiro e do terceiro mundo, e, conseqüentemente, estes últimos estarem agora condenados a seguirem no encaço dos primeiros, sempre com um atraso de décadas - quando não séculos!

Para ficarmos com uma ideia aproximada de quantos foram os militares que desempenharam funções nas especialidades atrás referidas, e partindo do número de militares que em cada ano permanecia em guerra nas três colónias, verifica-se que, existiam em cada comissão de dois anos, seiscentas e cinquenta companhias. Se cada companhia tinha, em média, cinco enfermeiros, um furriel e quatro cabos - e as comissões de serviço tendo uma duração regular de dois anos (embora este tempo variasse depois caso a caso<sup>29</sup>) -, em termos médios, eram formados para cada comissão, cerca de 3250 enfermeiros, ou seja, 650 companhias x 5 enfermeiros. O mesmo sucedendo com os condutores auto e com os cozinheiros, sendo que, em outras especialidades que não estas, estes números eram menores.

A composição, hierárquica e funcional, de uma companhia com cerca de 150 militares, em termos aproximados, era mais ou menos esta<sup>30</sup>:

- 1 Comandante de companhia que normalmente tinha a patente de capitão;
- 5 Oficiais subalternos, cada um comandando um pelotão;
- 15 Sargentos, furriéis milicianos, comandantes de secção;
- Pessoal especializado, entre estes: 1 médico; 1 sargento enfermeiro; 4 cabos enfermeiros; 1 cabo operador cripto; 4 cabos radiotelegrafistas; 1 sargento mecânico; 1 cabo mecânico; 1 cabo condutor; 5 soldados condutores; 1 soldado de transmissões; 1 cabo cozinheiro; 4 soldados cozinheiros; 1 sargento vagomestre; 1 cabo quarteleiro/munições; 1 cabo corneteiro; 1 operador de fotografia e cinema que podia ser cabo ou sargento e 1 operador electricista. Os restantes militares eram atiradores ou armas pesadas.

De salientar apenas que, quando as companhias eram integradas em batalhões, o pessoal especializado, em termos proporcionais, eram em menor número.

Também outras forças beneficiaram com esta guerra, por exemplo, em relação aos cubanos, aliados “naturais” do MPLA, a sua visibilidade foi mais notória a seguir ao 25 de Abril de 1974. É facto que, a população, não via com bons olhos a sua presença nas colónias. Por exemplo, em Angola, além da brutalidade destes milicianos para com as populações, a sua estadia tinha como principal missão o contrabando de diamantes. De enfatizar ainda, que Cuba não tinha qualquer interesse no regresso destes homens, uma vez que iriam contribuir para o agravamento da situação económica e social desse país. Pelo que, em 1987, ainda havia em Angola, 47 000 cubanos.

Ainda outras forças, de outras nacionalidades, se aproveitaram da guerra, e dos investimentos feitos pelo governo português e pelos respetivos colonos. Por um lado, os

---

<sup>30</sup>De ressaltar que uma companhia era constituída por cinco pelotões, cada pelotão contendo 30 militares e três secções, sendo que, por sua vez, cada secção era composta por quatro esquadras.

americanos, os russos e os chineses que apoiaram os movimentos de libertação. Por outro, o Brasil, que sempre sendo considerado um país amigo de Portugal, foi também o primeiro Estado a reconhecer Angola como Estado independente.

Tal apoio, motivaria algumas críticas a nível europeu, alegando alguns, que esta atitude do Brasil perante a situação colonial portuguesa, estava diretamente relacionado com o problema da língua. Sendo certo que, em 1976, o comércio era dominado pelos brasileiros, muito especialmente em Moçambique. Em Angola, foram os russos e os cubanos que se apoderaram das pescas.

Hoje a situação é mais grave. Se durante a guerra muitos se aproveitaram e tiveram ganhos com esta, agora, consolidada a independência dos antigos colonizados, quem ganha é quem governa, monopolizando para si, quase a totalidade dos recursos existentes nesses países. Como prova o facto, de em Angola, uma só família dominar uma grande parte da sua economia. Detendo autênticos monopólios no que respeita há extração dos diamantes e do petróleo, culminando no controlo financeiro da banca. Isto apenas para referir aquilo que é mais transparente e óbvio aos olhos do povo angolano. E assim se prova que, até hoje, os ganhos com a independência foram só para uma pequeníssima parte, mas o povo, que foi o sujeito histórico que mais sofreu com a guerra, pouco ou nada de concreto ganhou com a “soberanização” daquelas que foram antigas colónias portuguesas!

## Conclusão

Ao longo da dissertação fomos referenciando o que achamos que melhor poderia lançar alguma luz sobre o que foi a guerra colonial, nomeadamente, tendo como ponto de partida, os motivos que levaram a que nela participássemos.

Nesse sentido salientamos desde logo que a causa primeira para o desenrolar da guerra, não se pode de modo algum atribuir a Portugal, ou seja, ao governo português que à data era chefiado pelo professor António de Oliveira Salazar.

Para corroborar essa proposição, em primeiro lugar, temos de ter em atenção que as províncias onde a guerra se desenrolou eram perçecionadas ideologicamente como pertencendo indiscutivelmente ao mundo português. E tanto era assim, que este argumento não só era apresentado pelas figuras do governo à época, como até, p. ex., um homem da oposição como o General Humberto Delgado, candidato às eleições para a presidência da república, defendia no seu manifesto eleitoral de 1958: *uma unidade espiritual, política e económica da comunidade portuguesa de aquém e além-mar*.

Mas também outras vozes se fizeram ouvir pela defesa das antigas províncias, como o general Norton de Matos, o professor Barbosa de Magalhães e o professor Egas Moniz, que consideravam de primordial importância todo o ultramar, indo até ao desejo de inscrever todo esse espaço português numa “nação una”.

Todas estas vozes e muitas outras vieram ao encontro de todo um pensamento que era manifestado no regime salazarista.

É certo que o mundo mudou ao longo dos tempos, e que, conseqüentemente, outros valores se levantaram. A evolução, aos mais diversos níveis (sociais, demográficos, educacionais, habitacionais...), no que concerne ao continente africano era visível. Ao mesmo tempo, muitas pressões, por parte de grandes potências mundiais como a URSS, os EUA e a China - que nesse continente detinham interesses económicos e geoestratégicos - davam força a algumas vozes africanas (com as quais, nomeadamente, tinham afinidades político-ideológicas), no sentido da exigência de uma maior participação internacional na vida dos povos africanos. O que levou a que movimentos de raça africana se organizassem e fizessem ouvir as suas reivindicações, tal como sucedera durante alguns anos nos países vizinhos, às nossas províncias de outrora: Angola, Moçambique e Guiné.

Outras forças de pressão, para além destas de índole nacional, surgiram ainda, como a ONU, que também exigia a Portugal uma maior clarificação no modo de como eram governadas as suas colónias, e a que Portugal não deixou sem resposta. Mas a força dos países interessados que faziam parte da ONU era de tal modo agressiva que Portugal perdia sucessivamente a capacidade de fazer valer os seus argumentos. Ao mesmo tempo, os movimentos de libertação iam-se organizando e reivindicando os seus valores, também por

efeito dos apoios que lhes eram concedidos pelos mais diversos quadrantes políticos. Sendo que, por todos estes motivos, Portugal não podia deixar de ir ficando cada vez mais isolado.

Um dado também importante, e que veio dar maior força de razão à legitimidade política dos movimentos de libertação, foi o facto de a maioria dos países colonizadores já haver concedido a independência às suas colónias. Tal foi o caso da Inglaterra, da Bélgica e da França. Logo, os movimentos de libertação existentes nas nossas antigas colónias reforçavam a sua luta pelos mesmos direitos.

Mas o facto de Portugal ficar cada vez mais isolado, não impedia o regime de então de reafirmar, perante a oposição internacional, a para estes incontestável e inalienável posse das colónias. E a intransigência das elites políticas de então, tanto em negociar como até em ouvir os movimentos de libertação, demonstravam a força da sua razão.

Assim, repetia-se que as características que o nosso colonialismo apresentava eram diferentes no que concerne ao domínio e à exploração de um povo por outro. Sendo também verdade que os responsáveis da época não queriam arcar com as responsabilidades que poderiam advir do abandono do ultramar, sob pena de virem a ser acusados de trair a “missão histórica de Portugal”.

Tal é bem patente no discurso de Franco Nogueira no Palácio das Necessidades no dia 6 de outubro de 1969, a que o título já citado deste discurso é a este termo bastante elucidativo: “Como é que a perda do ultramar é compensada pelas boas graças da ONU?” Quando, já no desenvolvimento do texto, volta a questionar: “Angola, Moçambique e Guiné, têm ou não mais interesse do que as boas relações com um órgão decadente e incompetente como a ONU?”.

Já a opinião de Marcelo Caetano tinha uma outra abertura e que foi aquela que manifestou em 1962 perante António de Oliveira Salazar. Onde assumiu que não se opunha a uma forma de federação dos territórios portugueses, numa união ou comunidade como a existente nos Estados Unidos da América ou no Brasil. Naturalmente que esta sua visão política provinha de um grande conhecimento das colónias que obteve enquanto ministro destas.

O governo de Salazar teve sempre uma posição firme quanto à política ultramarina. Embora ao longo dos anos as opiniões se fossem diversificando, Portugal tinha que ser coerente com a defesa das suas colónias.

Tal coerência não a teve o Dr. Mário Soares. Basta analisar a contradição entre o que este refere no seu *Portugal Amordaçado* ainda antes do 25 de Abril de 1974: “A defesa das vidas e dos haveres das populações não estavam em causa”. E o que verdadeiramente aconteceu com o Dr. Mário Soares no governo, já depois do 25 de Abril, e que teve como resultado a perseguição dos brancos que nas colónias residiam, obrigados a abandonar por falta de segurança, nada trazendo dos seus pertences. Neste aspeto sim, podemos afirmar que o Dr. Mário Soares foi um dos principais culpados. Assim, não poderei deixar de frisar que o Dr. Mário Soares foi o político menos coerente da nossa história e o episódio da descolonização o que maior prejuízo trouxe a Portugal e aos portugueses. Não só aos que

tiveram de fugir das colónias, os chamados “retornados”, mas também à população residente no continente, com o impacto verificado pelo regresso “forçado” de cerca de 800 000 pessoas.

A imprensa portuguesa, embora tenha dado algum relevo a estes acontecimentos, nunca procedeu a uma investigação, a ponto de se poder responsabilizar os políticos que estiveram na origem desta triste descolonização.

Mas surge sempre alguém que não se rende ao espírito da época e que faz a sua denúncia através da escrita em verso. E é no livro de poemas de Adelino Ferreira (Ferreira: 2004, p. 138) que podemos ler o seguinte:

*“O amigo Soares, Mário  
Com os seus camaradas,  
Causou um calvário  
Com decisões erradas.*

*Fez muita gente chorar  
Com tristeza e raiva  
De não se poder vingar  
É preciso que se saiba*

*A sua descolonização,  
Até merece uns sonetos,  
Foi um trabalho tão bom,  
Que desgraçou brancos e pretos.*

*Diz que foi exemplar,  
O resultado está-se a ver,  
Não vale a pena falar  
De tanta gente a sofrer.*

*É agora um senhor,  
Por alguns considerado,  
Para outros, um traidor,  
A quem tudo foi roubado.*

*Com a sua fundação,  
Precisa de ser condecorado,  
Com a medalha de papelão,  
Já bastante desbotado”.*

Mas a análise que melhor classifica Mário Soares pode ser encontrada no livro de Rui Mateus *Contos Proibidos - Memórias de um PS desconhecido*. De acordo com o que neste pode ser lido, aí se espelha todo o modo de atuar de Mário Soares ao longo destes 30 anos. Só é pena que haja tão pouca gente a denunciar personalidades com esse modo de viver e de se estar na política.

Também o General Ramalho Eanes (ex-presidente da República), no dia 25 de Abril de 2012, numa entrevista ao canal 1 da RTP, faz referência ao carácter de Mário Soares, tendo como ponto de partida precisamente o supracitado livro de Rui Mateus.

Mas não era só Portugal que via a descolonização com ceticismo. Também os países que se prontificaram a fazê-la, manifestaram depois algum arrependimento, nomeadamente a França e os EUA (respetivamente na Argélia e na Indochina). Como também aos ingleses a descolonização não correu bem, tendo em conta os casos do Quénia e da Malásia.

A defesa dessas nossas províncias não podia ser posta em causa, e o governo português tinha que rapidamente proceder a uma mobilização do nosso contingente militar e prepará-lo para a defesa dos nossos territórios nas colónias e dos nossos residentes coloniais.

Embora já tivéssemos militares nas zonas onde os confrontos se iniciaram, estes eram em número claramente insuficiente. E é em 1961 que os primeiros acontecimentos surgem, com o assalto à prisão de Luanda (hoje capital de Angola); e é também para Angola que o governo português envia os primeiros militares dos três ramos das forças armadas, “Exército, Força Aérea e Marinha”. Sendo que, até ao 25 de Abril, os contingentes que viajavam até África multiplicavam-se, dando sempre prioridade a este país. Ainda que, posteriormente, a guerra se tenha intensificado em Guiné e Moçambique a partir de 1964.

Foi a partir dessa data, quando os confrontos já se faziam sentir nas três províncias, que Portugal teve algumas dificuldades no recrutamento de homens para os três teatros de operações.

Assim, a preparação dos militares mobilizados era muito incompleta. O que veio a ser causa para o número de baixas de algumas companhias, tanto por mortes em combate como em acidentes fora dos combates. Também a falta de material de guerra adequado às operações militares a realizar era evidente.

O recurso à mobilização de mancebos das respetivas províncias veio a atenuar alguma falta de efetivos. Mas também o seu custo na preparação militar viria a agravar a situação financeira que já era complicada.

Foram os custos com a guerra, nomeadamente, os investimentos nas respetivas províncias, concretizado na melhoria das vias de comunicação, saúde, educação e tantos outros sectores onde este investimento incidia, que vieram trazer algum mau estar à população residente no continente, porque aí - no continente - era notória a falta de infraestruturas básicas, e simultaneamente se verificava o aumento constante dos custos com a guerra.

É da constatação destes «paradoxos» que surgem vozes como a do incontornável Mário Soares, e passo a citar: “Portugal em África, não está a defender o ‘mundo livre’ - está pelo contrário a comprometê-lo irremediavelmente, atirando os nacionalistas africanos para dependências que podem conduzir a manifesto extremismo. Porque o ‘mundo livre’ não se defende tão só com bases e forças militares: defende-se, primordialmente, através do exercício da própria democracia” (Soares: 1974, p. 470). Ao mesmo tempo, este põe também em causa todos os sacrifícios feitos pelos portugueses para suportarem uma guerra que já custava, segundo os seus critérios contabilísticos, 52% do orçamento português.

Mas, se por um lado, os custos com a guerra são elevados, também existem algumas contrapartidas que atenuam tais custos. É assim que, tradicionalmente, as colónias relativamente ao país colonizador, revestem vantagens de três tipos: 1) serem um mercado protegido para onde se podem escoar, em condições muito favoráveis, as exportações metropolitanas; 2) serem uma fonte de matérias-primas de onde resultam, além de outros benefícios conhecidos, ganhos de divisas apreciáveis; 3) serem centros, por assim dizer, naturais, de absorção dos excessos demográficos (Soares: 1974, p. 489).

Quando no início da dissertação, concretamente, na escolha do tema, faço referência às divergências que existem acerca da guerra, e, também, ao modo como são analisados os respetivos custos financeiros e humanos, reafirmando ainda que, muitos dos comentários existentes sobre este tema têm cariz político, essa sim, é uma verdade que não pode ser negligenciada. Assim, para confirmarmos esta tese, basta-nos ler as contradições atrás referidas, entre os que dizem que os portugueses já não podem suportar mais custos com a guerra, pois que esta já leva 52% do orçamento, e os outros que reiteram que as províncias onde se desenrolam os teatros de guerra, *tradicionalmente* têm vantagens para o país colonizador, como no parágrafo atrás referenciamos.

Agora fica a interrogação: *Qual o saldo para o país colonizador?* Sendo que, para a maioria dos comentadores esse saldo, positivo ou negativo, não tem importância. Assim, a análise que é feita no livro *Portugal Amordaçado* de Mário Soares peca também por esta politização da própria perspectiva do analista, uma perspectiva comprometida politicamente - o que foi por mim referenciado também no início da dissertação. A prová-lo de modo eloquente está a hegemonia do *slogan*, “Independência para as colónias, custe o que custar”, que imperou sobre a conduta dos sucessivos governos provisórios. Esta foi, portanto, uma promessa dos militares que participaram no 25 de Abril, *acabar com a guerra e dar independência às colónias*. O que, juntamente com alguns políticos da chamada esquerda portuguesa, não perderam tempo em concretizar.

O mesmo teria acontecido com o então primeiro-ministro Dr. António de Oliveira Salazar, quando dos acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961 em Luanda, em que, da mesma forma, ficou célebre a sua frase: “Para Angola, rapidamente e em força!”. Sucede que Salazar teve a preocupação de defender não só Angola e todas as outras províncias ultramarinas, como também foi sensível à defesa de todos os que residiam nas respetivas províncias, fossem eles brancos ou pretos. O mesmo não se pode dizer daqueles que tiveram

como prioridade tudo fazer para dar a independência às nossas províncias, e nada fizeram para que os brancos ali residentes tivessem alguma segurança, isto é, que as suas vidas não tivessem corrido perigo e os seus bens fossem também devidamente acautelados.

Infelizmente, a única preocupação destes foi entregar aos movimentos de libertação tudo o que era pertença não só dos portugueses ali residentes, como dos próprios angolanos, moçambicanos e guineenses, ficando cada qual lançado à sua sorte. Resultado, oitocentos mil tiveram que fugir para não serem mortos, e, dos que ficaram, muitos foram torturados até à morte.

Depois de todos estes episódios, nada dignos e até desumanos, podemos perguntar: para que servia a propaganda que inundava os jornais de então?

Assim, no Jornal de Notícias de 26 de Abril de 1974 “era proclamada a Junta de Salvação Nacional, que assumia o compromisso de garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental.”

Sendo que, no dia de 16 de Maio de 1974, os mesmos jornais publicavam o discurso do General António Spínola, no ato da sua investidura como Chefe de Estado, e que afirma o seguinte: “O destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos aqueles que àquela terra chamam sua, haverá que deixar-lhes inteira liberdade de decisão”.

A falta de coerência dos políticos de então está estampada nos comunicados agora citados.

A importância que a guerra colonial teve para o desenvolvimento das respetivas colónias, que em parte já referimos<sup>31</sup>, não deixou de levantar alguma polémica para alguns que se creem mais “iluminados”. A exemplo, estas passagens do livro *Os anos da guerra colonial - 1961/1975* de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, que passamos a citar: “As obras públicas realizadas nos territórios coloniais, os serviços de saúde e educação, o acréscimo de produção de matérias-primas, a expansão dos bancos e o aumento das trocas comerciais, foram muitas vezes apresentadas pelas autoridades portuguesas como exemplos de ações psicossociais”.

E, mais à frente, se refere: “É uma realidade que durante os anos da guerra existiu desenvolvimento económico nas colónias; houve um aumento de riqueza e de bem-estar nos territórios”. Mas, a seguir, volta-se a referir que “nos anos anteriores o desenvolvimento tinha sido baixo.”

Depois, torna-se a mencionar que “foram feitos quilómetros de estradas - *mas as pessoas não têm carros.*

- Fizeram-se escolas técnicas e universidades - *mas as pessoas são analfabetas;*
- Distribuíram comprimidos para o paludismo - *mas era só para agradar aos negros;*
- Produzia-se energia através de construção de barragens - *mas as pessoas não tinham frigorífico*” (Afonso e Gomes: 2010, p. 629, itálicos nossos).

---

<sup>31</sup> Ver o capítulo seis, “A dívida da guerra”, da presente dissertação.

Estamos portanto, perante escritos meramente políticos e nada informativas. Quando se diz que se construíram escolas e universidades e se acrescenta: *mas para quê, se as pessoas eram analfabetas?* Fica aqui a “contra-pergunta”: *se não houver escolas como é que as pessoas podem deixar de ser analfabetas?*

Outra referência que é feita é à construção de estradas e ao facto de as pessoas não terem carro. Ao que eu volto a retorquir: *se não houver estradas, para quê ter carro?*

É triste que quarenta anos depois da guerra se venham fazer análises que em nada contribuem para um esclarecimento correto do que se passou durante treze anos de guerra.

Uma das análises que julgamos estar de acordo com a realidade acerca do desenvolvimento económico daquela época é-nos relatada pelo professor José da Silva Lopes. Que, depois de referenciar os custos que Portugal teve com a guerra colonial, e que, de acordo com as suas provisões, se aproximavam dos 50% do Orçamento de Estado, mais à frente refere, que devido ao facto de a economia ter estado em sucessivo crescimento, fora possível aumentar a receita fiscal de uma forma bastante rápida mas sem um agravamento excessivo, o que permitiu criarem-se recursos para o financiamento da guerra.

E especifica que, p. ex., em Angola, foi exatamente depois da guerra que a expansão económica se acentuara bastante. Assim, esta rapidez do crescimento em Angola nos anos 60 também terá tido alguns efeitos na economia do continente (Antunes: 1995, v. I, pp. 788-789).

Das três províncias onde decorriam teatro de operações, é de facto Angola que é mais cobiçada para as grandes potências como a URSS, os EUA e a China. Nos anos 60 a sua riqueza já era visível. Por exemplo, no que concerne à agricultura, a morfologia diferenciada permitia a cultura de vários produtos. A maior parte da população cultivava o milho da Índia para sua própria subsistência. No norte de Angola cultivava-se o café, o algodão e o óleo de palma. Ao mesmo tempo que no distrito de Cabinda se exploravam as madeiras. É também no distrito de Benguela que predominam o cultivo do milho e da banana. É de salientar que todos estes cultivos abastecem o país e permitem excedentes que se destinam à exportação.

Além destes produtos, também o peixe é uma fonte importante de riqueza neste país, muito especialmente no litoral. Para lá das fábricas de seca do peixe existem também várias fábricas de conservas. São também visíveis as centrais hidroelétricas, muito especialmente nos pontos mais importantes, a saber: Luanda, Lobito, Benguela, Huila e Huambo.

Mas a principal riqueza provém dos minerais: os diamantes e o ferro. Tendo também em atenção o petróleo que é principalmente explorado no distrito de Cabinda. Só assim se justificando o aparecimento de um movimento, intitulado FLEC (Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda), que reivindicava a independência de Cabinda.

Naturalmente que nos estamos a referir aos anos 60, data em que as exportações ainda se encontravam no início, sendo a principal o café, seguida dos diamantes, ferro e petróleo. Angola tinha a essa data uma população de cerca de cinco milhões de habitantes.

Já Moçambique, ao contrário de Angola, tem um solo bastante pobre, também derivado às condições climatéricas, sendo que, a grande parte da planície litoral não permite a atividade agrícola. No sul cultiva-se o milho, a cana-de-açúcar e o algodão.

Como riqueza natural encontra-se o carvão, que é explorado no distrito de Tete, e algum minério de ferro. Existem também uns quantos campos de gás natural e jazigos de cobre e ferro, ainda por explorar.

A principal indústria está concentrada na conclusão da barragem de CahoraBassa, complexo hidroelétrico com condições de fornecimento de energia. Além de existirem algumas refinarias de açúcar em algumas cidades do interior como em Manga e Nampula. Estando também em vias de conclusão uma refinaria de petróleo na Matola.

Também no que diz respeito às vias de comunicação, Moçambique tinha défice em relação a Angola. No que concerne à população, em Moçambique já habitavam cerca de oito milhões de pessoas, quase três milhões a mais do que Angola.

Na Guiné, a sua população era maioritariamente camponesa. As suas culturas alimentares eram os coqueiros, a mandioca, as batatas e o milho. Como cultura com algum rendimento podíamos destacar apenas os amendoins. Como indústria apenas algumas fábricas de conservas alimentares, sendo que, a exploração do petróleo está ainda a iniciar-se.

Assim se compreende, como atrás referimos, que o interesse das grandes potências esteja virado para a Angola.

Mas se nos anos 60 a realidade das províncias se aproximava do que atrás referimos, também é verdade que a guerra veio trazer um desenvolvimento económico, social e cultural, e que Portugal se pode orgulhar de todo o investimento que fez durante os 13 anos de guerra.

É um facto que aos povos africanos, onde a guerra se desenrolou - e estou a referir-me a Angola, Moçambique e Guiné - nada correu pelo melhor.

Antes do início da guerra, o apoio que lhes foi prestado pelos povos colonizadores, não correspondeu às necessidades que estes povos desejavam e a que tinha direito. Em alguns casos, embora esporádicos, os resultados foram frustrantes e até alguns dramáticos, a ponto de ter havido violações flagrantes dos direitos fundamentais.

Com o início da guerra o paradigma mudou, os apoios eram visíveis a todos os povos sem exceção.

O desenvolvimento económico-social não mais parou. Os investimentos, no que concerne à rede viária, às escolas, aos hospitais, tinham uma dimensão ímpar em África. As empresas surgiam em todos os sectores e na maior parte das cidades, o emprego era o reflexo de todos estes investimentos.

Com a construção de escolas e universidades, passados que foram poucos anos, já começavam a surgir altos quadros de raça negra que começavam a ocupar lugares de grande relevo, tanto na administração pública, como em empresas privadas.

Mas quando a guerra termina, o paradigma volta a mudar, e agora para pior. Quando os chamados colonizadores abandonaram as suas colónias, e tudo ficou entregue aos movimentos de libertação, os resultados foram desastrosos, senão vejamos:

1º Porque não foi cumprido o acordo entre os movimentos. Aqui podemos corroborar que Portugal teve culpas na implementação do Acordo de Alvor - isto para o caso concreto de Angola - quando dá apoio apenas a um movimento de libertação - o MPLA (os motivos para tal escolha estão atrás referenciados);

2º A luta entre os três movimentos intensifica-se: mais mortes após a independência do que nos treze anos de guerra;

3º Os interesses estrangeiros surgem, e os apoios aos respetivos movimentos não cessam. Milhares de cubanos entram em Angola apoiando o MPLA. É assim que se justifica uma destruição total de quase tudo o que havia sido construído durante a guerra. As pilhagens e a perseguição das pessoas eram gritantes. Muitos edifícios foram incendiados, repartições públicas como tribunais e repartições de finanças, para além de algumas escolas que foram saqueadas. Investimentos privados como salas de cinema e fábricas foram também danificados, com maior incidência em Angola, mas também em Moçambique e na Guiné;

4º A partir das respetivas independências das referidas colónias, o povo é esquecido pelos governantes. Basta para tal verificarmos algumas estatísticas: 1) em Moçambique verifica-se que a taxa de nados-mortos é das maiores do mundo; 2) o presidente de Moçambique é considerado um dos maiores corruptos de África; 3) em Angola continua a morrer-se de fome, muito especialmente no seu interior; 4) a filha do presidente de Angola é considerada a mulher mais rica de África; 5) na Guiné os golpes militares sucedem-se, e a assistência médica é quase inexistente.

É esta realidade que nos leva a perguntar aos povos de Angola, Guiné e Moçambique, para que serviu a independência?

Depois de toda esta tragédia, alguns dos mentores desta descolonização, já se penitenciaram, p. ex., o caso do Major Melo Antunes, que numa entrevista à Revista do Expresso, em fevereiro de 1979, afirma que nem tudo correu bem - já eu explicitaria que para os povos africanos tudo correu mal.

Mas também o general Silva Cardoso, que à data era o Alto-comissário para Angola, em meados de 1975, já tinha dado uma entrevista ao jornal Expresso, onde referia o seguinte: "A actual situação em Angola é susceptível de conduzir ao caos, se não forem concretizadas soluções urgentes; que a generalizarem-se as confrontações entre os movimentos, há que recorrer a todos os meios incluindo, em última hipótese, a intervenção das forças da ONU (Cardoso: 2000, p. 611).

É uma verdade que não pode ser ignorada. Todos os acordos feitos, o de Alvor e outros, foram inúteis, ou melhor rasgados, nada foi cumprido. E foi a partir desta realidade, que a lei das armas imperou. Nas respetivas províncias, os movimentos que maior apoio tinham impunham as suas leis. Em Angola o MPLA, em Moçambique a FRELIMO e na Guiné o PAIGC.

Mas se em Angola o maior apoio era dado ao MPLA, pela URSS, em Moçambique a força que maior apoio tinha era a FRELIMO e aqui os principais apoios eram maioritariamente americanos e ingleses. No entanto, existia uma outra força, a RENAMO, e da sua atividade resultou a destruição de muitas infraestruturas, por força também da sua disputa de força com a FRELIMO. Calcula-se que só no ano de 1990 mais de cem mil pessoas perderam a vida em combates. (Newitt: 1997, p. 487).

É sempre difícil prever o que vai acontecer aos povos quando as mudanças não são programadas, ou quando elas surgem emanadas de uma guerra que tem como principais objetivos a política dos seus intervenientes. Foi o que aconteceu nas províncias portuguesas. As guerras impostas não tinham como principal objetivo o bem das populações, mas sim os interesses políticos e económicos de algumas fações que estavam ao serviço de potências estrangeiras.

A realidade não se fez esperar. Em Angola domina o MPLA e os resultados são visíveis: acumulação de riqueza de alguns e a pobreza de muitos. Em Moçambique é a corrupção que é realçada a nível internacional, e são as mortes diárias que são anunciadas por falta de assistência médica e falta de alimentação necessárias à sobrevivência humana.

No que concerne à Guiné-Bissau, têm primazia os negócios de droga e armas, esquecendo todas as carências de um povo (ver anexo 67).

É um facto que todas estas mudanças, através da guerra, continuando a referir-me às ex-colónias, em nada beneficiaram os que mais necessitavam. Para estes tornou-se um círculo vicioso. São sempre os que controlam o aparelho de Estado os grandes beneficiários. Esta é a verdade hoje vigente em África. No livro, *Porque falham as nações* é salientado o seguinte: “As guerras, não foram travadas para mudar instituições, introduzir limitações ao exercício do poder, ou criar pluralismo, mas sim para adquirir poder e enriquecer um grupo, a expensas dos restantes. Ao mesmo tempo, podem surgir conflitos que normalmente se transformam em guerras civis sangrentas, provocando a ruína económica desses países, dando origem a grandes sofrimentos, ao mesmo tempo que geram Estados falhados” (Robinson: 2013, p. 411).

E os exemplos são muitos. Além das ex-colónias portuguesas, onde a situação é preocupante, também acontece noutros países, como a Etiópia, a Libéria, a Nigéria, a Somália - para citar apenas alguns.

Mas o caso que maior visibilidade teve nos media, foi a guerra no Iraque (ver anexo 78). Uma guerra a que George W. Bush anunciou o seu fim em Maio de 2003. Passados que são dez anos, as lutas continuam, as mortes são diárias, e a falta de estabilidade no país invadido é gritante. Aqui deixamos uma primeira interrogação: afinal para que serviu a guerra no Iraque?

Não existindo quaisquer benefícios para o povo com as mudanças levadas a efeito através da guerra, temos também de nos questionar: porque nos foi imposta a guerra nas províncias ultramarinas?

Quem instrumentalizou os povos a revoltarem-se contra Portugal? Quais os interesses das nações que alimentaram a guerra? Porque Portugal não cedeu às pressões internacionais? Será que Portugal ganhou com a guerra, ao menos em termos não estritamente militares?

Ao longo desta dissertação fomos dando algumas respostas, tentando desmistificar algumas leituras apressadas e claramente enviesadas do assunto, mas o saldo ainda é uma incógnita. Os motivos ainda não foram clarificados. Ficamos com a última dúvida, porque ainda não terminou a guerra?

Tentei ao longo de todas as minhas leituras, seguir uma metodologia, que me desse uma correta interpretação no sentido de contextualizar em termos históricos o sentido da guerra colonial, ou seja, analisando factos em contextos económicos, políticos e sociais muitas vezes contraditórios. Ao concluir, estou consciente do facto que muitas outras questões poderiam ter sido exploradas. Como tal não foi possível, por óbvios constrangimentos de calendário, ficam as interrogações atrás mencionadas.

## Bibliografia

ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A. *Porque falham as nações*. Lisboa: Temas e debates, 2013.

AMARAL, Diogo Freitas. *O antigo regime e a revolução - Memória Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

ANACLETO, Neves. *Sabujice e traição*. Lourenço Marques: Tipografia Garrett, 1974.

ANICETO, Afonso, GOMES, Carlos Matos. *Os anos da guerra colonial - 1961/1975*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

ANTUNES, José Freire. *A guerra de África 1961-1974 - Vol. I e II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

AKPAN, Kwadwo O., SIMPKINS, Gregory B. *E depois do Alvor - a luta pela autodeterminação em Angola*. S.L: Nova Nórdica, 1989.

CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1975.

CARDOSO, Dulce Maria. *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CARDOSO, Silva. *Angola - anatomia de uma tragédia*. S.L: Oficina do Livro, 2009.

CASTRO, Nuno. *Heróis do Ultramar - histórias de bravura nos campos de batalha da guerra colonial*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

FERREIRA, Adelino. *Livro de poemas de um sonhador*. Lisboa: GKR, S.D.

FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi - no lado errado da história*. Alfragide: D. Quixote, 2012.

FRANCO, Nogueira. “Como é que a perda do ultramar é compensada pelas boas graças da ONU”. Em discurso pronunciado no Palácio das Necessidades a 6 de Outubro de 1969.

FERREIRA, José Medeiros. “Após o 25 de Abril”. Em *História de Portugal* (org. José Tengarrinha). São Paulo: Editora UNESP-EDUSC, 2000.

GARCIA, Francisco Proença. *A guerra de Moçambique - 1964/1974*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

MARTELO, David. *1974 - Cessar-Fogo em África*. Publicações Europa-América: Mem-Martins, 2001.

MATEUS, António. *Lobito - longe da restinga a oeste da sanzala*. Lisboa: Guerra e Paz, 2009.

MATEUS, António. *Lubango, Paris Mavinga*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

MATEUS, Rui. *Contos proibidos - memórias de um PS desconhecido*. Alfragide: D. Quixote, S.D.

MOREIRA, Adriano. *O novíssimo príncipe: análise da revolução*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1977.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

RAMOS, Rui. *História de Portugal - Vol. 8*. Lisboa: Esfera dos Livros/Expresso, 2009.

SAVIMBI, Jonas. *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

SAVIMBI, Jonas. *Por um futuro melhor*. S.L: Nova Nórdica, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Marcelo Caetano: confidências no exílio*. Lisboa: Verbo, S.D.

SIMÕES, Arnaldo. *África portuguesa. A colonização construiu e a descolonização?...* Torres Vedras: Almedina, S.D.

SOARES, Mário. *Portugal amordaçado - depoimento sobre os anos do fascismo*. S.L: Editora Arcádia, 1974.

## **Enciclopédias e outros documentos**

Estado-maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Vol. 1*. Lisboa: Enquadramento Geral, 1988.

“Em Moçambique a vida também mudou” em AAVV, *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. II, 2000.

## **Artigos de Jornais e Revistas**

CASTAÑO, David (2012). “Abrindo a caixa de pandora - Mário Soares e o início da descolonização”. *Relações Internacionais*, 35, pp. 65-79.

CORDEIRO, Ana Dias (2013). “Acusação contra Bubo na Tchuto liga Guiné-Bissau às FARC”. *Público*, 8 de Abril.

CORDEIRO, Ana Dias (2013). “Dívida Angolana à Rússia - Novo relatório e nova queixa-crime por corrupção”. *Público*, 24 de Abril.

MATEUS, Daniela Cabrita (2012). “Rui Ramos sobre a guerra colonial e o 25 de Abril”. *Público*, 24 de Outubro.

MAXWELL, Kenneth (1985). “As colónias portuguesas e a sua descolonização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp. 529 - 547.

MOTA, Luís (1985). “Elementos para um balanço da descolonização portuguesa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp. 501-509.

*Jornal de Notícias* (2013). “Financial Times almoça com Isabel dos Santos”. 30 de Março.

*Jornal do Interior*, entrevista a José Manuel Paquete de Oliveira (2013). “Cara a cara: espero que o processo eleitoral dignifique a comunidade académica da UBI”. 23 de Maio, p. 2.

*Jornal dos Combatentes do Ultramar* (2010). “Gabinete médico é inaugurado a 11 de Setembro”. Abril - Junho.

*Público* (2012). “Relatório oficial revela que tropas portuguesas decapitaram em Angola”. 16 de Dezembro.

*Público* (2013). “Dez anos de estado de guerra”. 20 de Março.

WOOLLACOTT, John (1983). “A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”. *Análise Social*, vol. XIX, 1131-1151.

## **Anexos**

